

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DAVI MACHADO PEREZ

A CONTRIBUIÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES PARA A
COMPREENSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO
CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Florianópolis

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DAVI MACHADO PEREZ

A CONTRIBUIÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES PARA A
COMPREENSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO
CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
curso de Serviço Social da Universidade Federal
de Santa Catarina como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara.

Florianópolis

2013

Davi Machado Perez

A contribuição de Florestan Fernandes para a compreensão da questão social no contexto do capitalismo dependente brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2013.

Professor Dr. Ricardo Lara

Orientador

Professora Dr^a. Beatriz Paiva

1^a Examinadora

Professor Geraldo Pereira Barbosa

2^a Examinador

Dedico esse trabalho ao Povo Brasileiro, à categoria dos Assistentes Sociais e a todos os camaradas que em qualquer lugar do mundo acreditam e se empenham em prol da emancipação humana.

AGRADECIMENTOS

Se a intenção é agradecer a todos que de alguma forma influenciaram nessa pequena realização, iniciaria agradecendo aos que na história da humanidade contribuíram teoricamente, politicamente e praticamente tanto para o aprofundamento do conhecimento humano da natureza, do ser social e da história quanto para a luta em prol da superação da auto-alienação humana.

Dentro dos limites da minha existência, agradeço em primeiro lugar a todos os camaradas com os quais compartilhei e compartilho a militância cotidiana na direção de um horizonte estratégico que – discordando do poema – não se afasta de nossos passos desde que nossas táticas sejam acertadas.

Agradeço a todos os lutadores os quais, além de compartilhar a luta, de alguma forma me influenciaram e me inspiraram, sejam militantes do movimento estudantil secundarista ou universitário, movimento sindical, camponês, comunitário, cultural (Hip-Hop), etc. E especialmente aos militantes ou ex-militantes do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social - CALISS e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO. A todos que contribuem teoricamente para o desenvolvimento crítico e criativo do marxismo, aos colegas e camaradas do Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero – NETEG. E a todas as pessoas que de alguma maneira me motivaram e me possibilitaram a troca de ideias e experiências positivas durante a minha vida e a minha formação.

Agradeço a minha mãe Simone Matos Machado por todo apoio de sempre e pelo exemplo de pessoa e de Assistente Social, também ao meu avô Brasília Machado Filho e minha avó Liraci Matos Machado pelo apoio e contribuição na vida e na formação, e a toda a minha família.

Ao meu orientador e camarada Ricardo Lara por possibilitar o estudo e a pesquisa no rumo da concepção teórica e política que acredito.

Encerro afirmando, de acordo com Silvio Rodriguez, que: *“Para isso não há asas, nem globo nem avião. Para isso só há o amor. Para isso não há ouro, Paris, Nova Iorque. Para isso só há o amor. Para isso não há mando, para isso não há deus. Para isso só há o amor...”*.

Só o amor tem força pra derrotar tanto horror, tem fé, tem pé pra sambar e compor, tem pra mandar 'borandar' a minha dor... Só o amor restou pra restituir a raiz, ficou pra reconstruir meu País, matou a mágoa como eu sempre quis... Machucou, ver nossa união desabando e a traição tramando pranto e mais luta, mais fome e mais prostituta. E o mar da miséria invadiu a paz. Pois eu, com todo o mau-tempo, prossigo e digo e sustento: quem perde crescendo vence mais! Meu samba é o filho do bem que o amor me faz. Meu filho é o samba do amor que meu bem me faz. Taiguara - Samba do Amor.

RESUMO

O presente trabalho tem como temática central uma revisão das contribuições do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes para a compreensão da questão social no capitalismo dependente brasileiro. São apresentados elementos acerca da importância da temática para o aprofundamento da pesquisa deste tema na área do Serviço Social, uma abordagem mais geral a respeito do surgimento e consolidação da questão social no contexto do capitalismo mundial, seguida de uma síntese da contribuição de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente e a questão social no Brasil. O trabalho também apresenta alguns apontamentos sobre a relevância desses temas na atualidade.

Palavras chaves: questão social. capitalismo dependente. revolução burguesa. capitalismo monopolista. imperialismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. QUESTÃO SOCIAL: GÊNESE E CONSOLIDAÇÃO NO CAPITALISMO MONOPOLISTA.....	16
2. CAPITALISMO DEPENDENTE E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

O atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro que inicia seu processo de construção na transição da década de 1970 para a década de 1980 é fruto de uma busca por superar o conservadorismo em suas diferentes formas de manifestação¹, bem como da necessidade de compreender a realidade social em sua dinâmica contraditória e histórica.

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou no Brasil um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente (CFESS, 1993).

De acordo com Netto (2011, p.17) “mesmo entre autores que não se notabilizam por uma abordagem crítica e analiticamente fundada do desenvolvimento profissional” é indiscutível o relacionamento entre “o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa”. A profissão do Serviço Social emerge em âmbito mundial não apenas como um resultado da *questão social*² tomada abstratamente, mas como necessidade de um momento específico do processo de constituição da sociedade burguesa, a transição para o capitalismo dos monopólios, e neste contexto a profissão

¹ Para caracterizar essas diferentes manifestações do conservadorismo na profissão, concordamos com as análises de Netto (2010) que indicam: O Serviço Social tradicional ligado à igreja, as influências funcionalistas e positivistas, a modernização conservadora, o desenvolvimentismo e a fenomenologia.

² Segundo Netto (2001) “Na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a “questão social” é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual”. Porém, “a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas”. A expressão “questão social” tem seu emprego datado na terceira década do século XIX, tendo sido utilizada para dar conta dos fenômenos da primeira onda industrializante na Europa Ocidental: pauperismo, desigualdade, etc. O termo foi apropriado pelo pensamento conservador da época, que apresentava a ideia de que a questão social seria algo “eterno” e existente em qualquer sociedade humana, a expressão era criticada pelo movimento proletário revolucionário. O autor utiliza a expressão entre aspas e enfatiza a importância de contextualizá-la historicamente indicando que a questão social é a razão de ser do Serviço Social, e “até a sua resolução com a supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para esta profissão”. Nossa utilização do termo aqui se dá por estarmos no âmbito da profissão, sempre em busca do constante aprofundamento, bem como da crítica e autocritica a respeito das concepções e dos conceitos utilizados ao longo do desenvolvimento teórico e político da categoria dos assistentes sociais.

adquire “funcionalidade no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura” (NETTO, 2011, p. 18).

Em sua origem o Serviço Social foi constituído por “um compósito referencial ideal incorporado pelo projeto sócio-político conservador [...] próprio à burguesia monopolista”. O próprio fato de a profissão ter uma ação prática diretamente ligada às mazelas sociais favorece – conforme a profissão ganha autonomia – que os assistentes sociais sejam “permeáveis a outros projetos sócio-políticos” (NETTO, 2011, p. 81).

Assim, conjuntamente com o processo de redemocratização ocorrido em meados dos anos 1980, onde a sociedade brasileira se oxigena politicamente, culturalmente e teoricamente, o Serviço Social busca consolidar seu projeto ético-político calçando-se na teoria social crítica. Entendendo o caráter histórico da sociedade em que vivemos, os atores profissionais conseguem lograr um movimento autônomo da categoria que transcende – embora nunca se desvincule plenamente – os limites apresentados à profissão a partir do Estado. Esse movimento se posiciona em favor dos interesses da classe trabalhadora entendendo o papel central da classe na construção de outra ordem societária.

A dinâmica deste processo - que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social - materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional. No plano da reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a “ética da neutralidade”, e afirmação de um novo perfil do técnico, não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teórica, técnica e politicamente (CFESS, 1993).

Nesse bojo emerge na profissão um processo rico de organização política e de desenvolvimento teórico, buscando entender a emergência histórica da profissão nas suas diferentes determinações, fazer a necessária mediação teoria-prática, bem como a interação entre projetos estratégicos e políticos de longo prazo com a intervenção técnico-operativa imediata. É a partir daí que se elaboram as contribuições que podemos atualmente usar como ponto de partida para seguir aprofundando a compreensão da questão social no contexto histórico da sociedade brasileira.

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os

interesses históricos da massa da população trabalhadora (CFESS, 1993).

Iremos nos referenciar aqui na tradição marxista enquanto instrumento de apreensão da concretude social em movimento. Segundo Lukács (2007, p. 15) “Marx reconhece uma só ciência, a ciência da história, que engloba tanto a natureza quanto o mundo dos homens”. A compreensão de totalidade em Marx,

[...] não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do realmente existente, as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática; ao contrário, são na realidade “formas de ser, determinações da existência”, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo (IDEM, p. 28).

Desse modo, buscaremos apreender a realidade social a partir de contribuições teóricas afirmadas no marxismo, tentando compreender a dinâmica processual, contraditória, e as interações recíprocas entre subjetividade e objetividade existentes no real. Fazendo sempre o esforço de não cair na absolutização de nenhum dos elementos que interagem entre si no movimento da realidade, pois todos são determinantes e merecem atenção no sentido de compreender qual o peso de sua determinação em cada processo.

Apreendendo o materialismo dialético enquanto ferramenta de compreensão da realidade em seu constante processo de transformação, em que ela apresenta uma infinidade de particularidades que se somando constituem uma totalidade sempre com interações recíprocas entre si, ressaltamos a necessidade da constante atualização de nossa compreensão da questão social, bem como do entendimento das particularidades desta última nos diferentes continentes e países do globo.

No caso latino-americano e especificamente brasileiro, a importância de compreender essas particularidades já foi bastante afirmada pelos principais expoentes teóricos da categoria, bem como nas diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS - para os currículos de Serviço Social. Evidencia-se a necessidade do “conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente [...]”, apresentando essa dependência como elemento característico do processo de ascensão e consolidação da sociedade burguesa no Brasil (ABEPSS, 1996).

Esta compreensão nos remete a buscar uma análise cada vez mais profunda e concreta do tipo de desenvolvimento capitalista que tivemos em nosso País, pois a consolidação de nossa estrutura econômica e social se deu de forma atípica em relação aos países centrais. Embora integradas na dinâmica do sistema global, essas particularidades revelam um tipo específico de domínio das classes dominantes onde a questão social se expressa também de forma diferenciada, bem como os processos contínuos e descontínuos na conquista dos direitos sociais e democráticos, que também possuem uma série de peculiaridades.

As diretrizes curriculares da ABEPSS nos apresentam elementos fundamentais como ponto de partida para uma perspectiva metodológica capaz de dar conta dos atuais desafios profissionais, destacando “a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado” e ainda “a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve”. (ABEPSS, 1996)

Neste sentido, entendemos a importância da indissociabilidade entre os três núcleos de fundamentação dos currículos de Serviço Social: Os fundamentos teórico-metodológicos da vida social, os fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e os fundamentos do trabalho profissional. Salientando que “a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades” (ABEPSS, 1996).

A articulação dos elementos presentes nos três núcleos de fundamentação é essencial “uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABEPSS, 1996).

Este trabalho tem como objetivo expor as principais contribuições de Florestan Fernandes para a compreensão da questão social e do capitalismo dependente no Brasil. Entendemos que esse estudo é importante para pensar a historicidade da questão social em nosso País, sendo que um dos pressupostos norteadores da concepção de formação profissional atual nos diz que:

O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996).

Nosso objetivo geral permeia principalmente o núcleo de fundamentação da formação sócio histórica da sociedade brasileira:

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996).

Nossa abordagem tratará de questões gerais e essenciais a respeito do processo histórico de surgimento do capitalismo e da questão social no Brasil, acreditando que carecemos atualmente dessas compreensões enquanto pressupostos para análises de fenômenos mais específicos e para a própria busca do desenvolvimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da atuação profissional. O entendimento das particularidades do capitalismo dependente brasileiro e da questão social nesse contexto pode influenciar em práticas políticas, sociais e profissionais que demandam uma compreensão da realidade na qual estão interagindo. Entendendo que qualquer espaço específico de atuação é permeado pela essência dos elementos gerais que constituem a totalidade da sociedade como complexo de complexos.

Embora já tenhamos uma bagagem a respeito do tema na elaboração teórica da categoria, esta é uma questão que não é consensual. Existem questionamentos sobre a atualidade ou a veracidade do capitalismo dependente, e ainda carecemos de dedicação e atenção mais profunda a este tema.

Buscar o aprofundamento de todas essas questões históricas, estruturais e psicossociais é base necessária para pensar a questão social e o mundo do trabalho na realidade brasileira. Podendo assim projetar uma intervenção crítica do Serviço Social na realidade, que aponte para o rumo da emancipação humana em consonância com os

princípios fundamentais do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, como o compromisso com o aprimoramento intelectual e a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993).

Nossa principal problemática é fruto da necessidade de se conhecer a realidade na qual buscamos intervir para transformá-la no rumo da construção de outro projeto societário. Se não centrarmos nossas análises nas particularidades do desenvolvimento e da consolidação do capitalismo brasileiro, não seremos capazes de traçar ações práticas que sejam ao mesmo tempo realistas e ousadas, única maneira de contribuir efetivamente para edificar a nova ordem societária que almejamos.

Nesse sentido cabe perguntar: É possível avançar significativamente na solução dos graves dilemas da questão social no Brasil sem se contrapor a ordem vigente e ao poder das classes dominantes?

No primeiro capítulo tentaremos traçar alguns elementos centrais a respeito da gênese e consolidação da questão social em âmbito mundial, trazendo – para isso – uma contextualização histórica dos movimentos de surgimento e maturação da sociedade burguesa global. O segundo e principal capítulo focará na contribuição de Florestan Fernandes para compreender a emergência e consolidação do capitalismo dependente no Brasil, bem como a questão social neste contexto. Tendo sido eixo norteador de toda a análise o trabalho de Fernandes (2005) a respeito da *Revolução Burguesa no Brasil*. A partir desses elementos tentaremos colocar alguns apontamentos sobre a atualidade das questões abordadas e as perspectivas possíveis na direção histórica de construção da nova sociedade na qual a categoria dos Assistentes Sociais se identifica em seu projeto ético-político.

1. QUESTÃO SOCIAL: GÊNESE E CONSOLIDAÇÃO NO CAPITALISMO MONOPOLISTA

A sociedade burguesa emerge a nível global na abertura do século XIX como consequência da luta da burguesia nascente contra as antigas relações feudais de produção e, também, da luta pela superação dos limites do Estado absolutista, em seu contraditório e longo processo de revolução burguesa. Fernandes (2005, p. 239) conceitua esse processo histórico enquanto um conjunto de diversas “transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”. A classe burguesa – no entanto - já vinha se constituindo e tomando corpo como classe nos séculos anteriores.

De acordo com Netto e Braz (2011, p. 84-85):

[...] a Revolução burguesa [...] constitui mesmo toda uma época de revolução social – inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia, conformando-se numa nova classe social, o que se processa entre os séculos XV e XVII, e prossegue nos séculos XVII e XVIII, quando a nova classe, já constituída, constrói a sua hegemonia político-cultural e reúne as condições para o enfrentamento direto com a feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/89 (Inglaterra) e 1789 (França).

Neste processo a “moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas” (MARX; ENGELS, 2008, p.9). O antigo regime havia se tornado um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pela burguesia ascendente, o que colocou para a burguesia um papel histórico revolucionário na superação da ordem feudal e absolutista até a sua completa consolidação enquanto classe dominante já na sociedade capitalista.

Enterrado o antigo regime, abre-se o século XIX com o Estado criado pela burguesia triunfante, o Estado burguês. Colocando a seu serviço aqueles “órgãos onipotentes” de que falava Marx (o exército, a polícia, a burocracia), a nova classe dominante articulou a superestrutura necessária para inequívoco indicador: criam-se as melhores condições para a concretização histórica do modo de produção que tem como uma de suas classes fundamentais a burguesia – trata-se do modo de produção capitalista, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de mercadorias ocupa o centro da vida econômica (NETTO; BRAZ, 2011, p. 85).

A lógica de acumulação do capital que passa a predominar tem como elemento estruturante a necessidade de expandir o domínio das corporações capitalistas para todo o globo, necessidade esta fruto da competição entre as empresas capitalistas (que se utilizam de seus Estados-nação para tal) em perpetuar a lógica de acumular para expandir e expandir para acumular.

Assim, a “necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares” (MARX; ENGELS, 2008, p. 14). O que nos mostra que o caráter universal e global do capitalismo já era tendência e realidade em potencial desde o seu surgimento como modo de produção dominante.

O desenvolvimento da burguesia e do capital faz surgir e se consolidar uma massa de trabalhadores explorados, os proletários modernos que “só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital” (MARX; ENGELS, 2008, p.19). As duas principais classes da sociedade capitalista – proletariado e burguesia – encontram-se em permanente conflito, pois seus interesses de classe são antagônicos, e esta contradição é a essência do próprio movimento geral desta sociedade, a contradição entre o capital e o trabalho. Entendendo sempre que: “a produção capitalistas não é tão-somente produção e reprodução de mercadorias e de mais-valia: **é produção e reprodução de relações sociais**” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 146).

Os proletários também se desenvolvem objetivamente e subjetivamente enquanto classe, pois “cada vez mais, os choques entre trabalhadores individuais e burgueses individuais tomam o caráter de choque entre duas classes”, e diante dessa situação “Os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário [...]” (MARX; ENGELS, 2008, p. 23). É neste contexto de elevação da organização do proletariado como classe e de acirramento de

sua luta com a burguesia dominante que a questão social se coloca enquanto a expressão desta contradição.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77).

A existência de uma **lei geral da acumulação capitalista**, em que o crescimento da riqueza social é proporcional ao igual crescimento da miséria, desemprego e pauperismo, foi constatada por Karl Marx no século retrasado, momento no qual uma tendência à monopolização do capital já era possível de ser verificada. “Independente das características particulares das economias nacionais”, em qualquer espaço que se desenvolve a acumulação capitalista “o resultado é essa polarização riqueza/pobreza” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 147). Marx (1984, I, 2: 209) apresenta essa lei geral enquanto uma tendência histórico-social,

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia do seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. [...] E] quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial.

Deste modo, devemos considerar a gênese e a posterior consolidação da questão social refletindo essa tendência geral da sociedade capitalista. Embora a questão social possa se metamorfosear conjuntamente com as mudanças ocorridas nas diferentes formas que assume o modo de produção capitalista, sua essência umbilicalmente ligada à contradição central dessa sociedade é insuperável enquanto não for superado esse modo de produção.

A prova cabal da vigência dessa lei geral da acumulação capitalista, para além das suas evidências factuais e empíricas, está no próprio debate sobre a chamada “questão social” engendrada pelo capitalismo. Surgindo na terceira década do século XIX, justamente quando a base urbano-industrial do capitalismo começava a se firmar e quando a acumulação dava seus primeiros passos consistentes, esse debate prossegue até os dias atuais, quando ideólogos a serviço da classe capitalista e mesmo intelectuais desavisados se põem a mencionar uma pretensa “nova questão social” – como se houvesse uma “questão social” que não derive da lei geral da acumulação. Ora, a “questão

social” é determinada por essa lei; tal “questão”, obviamente, ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças. Mas ela é insuprimível nos marcos da sociedade onde domina o modo de produção capitalista (MPC). Imaginar a “solução” da “questão social” mantendo-se e reproduzindo-se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital (NETTO; BRAZ, 2011, p. 149).

Desse ponto de vista, nos cabe buscar apreender as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais no âmbito da sociedade burguesa a partir de suas próprias tendências, choques e contradições.

No último quartel do século XIX o capitalismo passa por profundas transformações, tanto em seu ordenamento quanto em sua dinâmica econômica, influenciando em sua estrutura social e nas instâncias políticas dos Estados-nação. Essas mudanças estão no bojo da passagem histórica em que “ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios” articulando desse modo “o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o *estágio imperialista*” (NETTO, 2011, p.19).

A própria concorrência capitalista gera o monopólio que consiste na sua negação, mas não a elimina por completo num processo em que ambos (concorrência e monopólio) coexistem enquanto contradição.

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a

transição do capitalismo para um regime superior (LÊNIN, 2011, p. 217).

Verificam-se aí elementos importantes da fase imperialista do capitalismo, a inter-relação permanente entre concorrência e monopólio numa tendência de concentração cada vez maior na monopolização, bem como uma hegemonia dos bancos e do capital financeiro (associados aos monopólios) que também tende a se acentuar cada vez mais.

Segundo Netto (2011, p. 24) “o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada”. Com a fusão cada vez maior dos monopólios e o pleno desenvolvimento do capitalismo se estendendo por todo o globo, cada vez mais a riqueza é produzida socialmente pela maioria e é apropriada no geral por um grupo cada vez menor de capitalistas.

O Estado burguês que na fase ascendente do capitalismo “atuara como ocioso guardião das *condições externas da produção capitalista*”, extrapolando o seu papel de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em momentos precisos que demandavam “um intervencionismo emergencial, episódico, pontual”, na era dos monopólios complexifica e intensifica sua intervenção nas esferas econômica, social e política da sociedade, tendo como eixo central de sua intervenção uma direção no sentido de “garantir os superlucros dos monopólios” desempenhando para isso “uma multiplicidade de funções”. (NETTO, 2011, 24-25).

O Estado foi, portanto, “capturado pela lógica do capital monopolista” no sentido de que é hegemonicamente controlado pelos grandes monopólios numa tendência de “integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais”. A verificação empírica dessa tendência e dessa hegemonia burguesa, monopolista e imperialista no Estado, não nega o fato de seguirem existindo tensionamentos frutos da luta de classes entre proletariado e burguesia, conflito este que também possui respaldos na esfera do Estado que se manifestam através de concessões feitas aos trabalhadores, busca de cooptação das lutas sociais, entre outras formas de contenção da luta de classes.

Para cumprir seu papel de “comitê executivo da burguesia monopolista” o Estado precisa se legitimar politicamente perante a sociedade como um todo e faz isso “incorporando outros protagonistas sócio-políticos”, alargando, assim, a “sua base de

sustentação e legitimação sócio-política”, através da “generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais”, permitindo-lhe “organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho” (NETTO, 2011, p.27). Tendo em vista que esse processo é consequência da contradição entre capital e trabalho e das pressões coletivas dos trabalhadores, entende-se que as concessões não são meramente antecipatórias, elas derivam e são asseguradas também pela luta e pressão constante do proletariado.

É nesse contexto que se apresentam os elementos que nos permitem entender a consolidação da questão social na fase monopolista do capitalismo. Com toda a complexidade e a dinâmica que a mesma assume, seja nas condições de vida da massa trabalhadora, nas diferentes e complexas formas de intervenção estatal, e na lógica competitiva e ao mesmo tempo monopólica da economia.

No jogo democrático, o Estado capturado pelo capitalismo monopolista “é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas”, na medida em que “este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária” (NETTO, 2011, p. 29).

É somente nas condições postas pelo capitalismo monopolista que a questão social pode se tornar “objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado”, essas condições econômico-sociais próprias da era monopólica é que permitem que a questão social seja “alvo de *políticas sociais*” (NETTO, 2011, p. 29). Essas novas condições demonstram a maturidade do Estado burguês com relação à sua antiga fase concorrencial onde,

[...] a “questão social”, por regra, era objeto de ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa, ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital – condições externas à produção capitalista (NETTO, 2011, p.29).

Já no capitalismo dos monopólios “tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês” as políticas sociais buscam lidar com a questão social de modo a “atender as demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas

demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes”. (NETTO, 2011, p. 29-30).

A expansão e consolidação do domínio do capital monopolista faz aumentar gradativamente a miséria, o pauperismo e o desemprego, na medida em que “cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias” (NETTO, 2011, p.21). Esse desemprego massivo “não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais capitalistas” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 144).

Contudo, fica claro que a fase imperialista potencializa a contradição fundamental da sociedade capitalista e ao mesmo tempo logra, através de seu poderio estatal, novas formas de intervenção na busca por atenuar os conflitos e perpetuar a ordem vigente. Ao mesmo tempo em que se amplia a massa de miseráveis e as contradições se acirram, a superestrutura que legitima a ordem se reconfigura numa constante busca por perpetuar a estrutura econômico-social da qual a mesma é reflexo.

Neste processo expansionista evidencia-se a subjugação de umas nações por outras, cabendo aos países centrais e seus monopólios papel dominante na economia mundial. Segundo Lênin (2011, p. 198) a partilha do mundo entre os grandes grupos capitalistas não ocorre por eles serem movidos “por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros”, a lógica na qual eles partilham o mundo “é determinada “segundo o capital”, “segundo a força”; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo”.

Aí é importante também diferenciarmos a política colonial das fases anteriores ao capitalismo da política expansionista na fase do capitalismo monopolista. “A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões” (LÊNIN, 2011, p. 208-209) num processo no qual,

A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de

matérias primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (LÊNIN, 2011, p. 209).

Porém, é importante compreender que essa política monopolista e imperialista não segue um único padrão de dominação nos diferentes territórios explorados, havendo variações no tipo de domínio que ocorre em cada país e/ou continente subjugado. De acordo com Lênin (2011, p. 212):

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática.

Evidencia-se, assim, a importância de compreender as particularidades da revolução burguesa e do desenvolvimento capitalista em cada um dos diferentes países do globo. No sentido de apreender a forma como se consolida a estrutura econômica, política e social de cada nação na sua passagem para a fase do capitalismo monopolista.

Embora a essência da contradição principal entre capital e trabalho, bem como os traços gerais da economia e das complexificações do Estado neste contexto sejam comuns a todos os países, as peculiaridades na transição para a sociedade burguesa e para a fase imperialista/monopolista em cada país evidenciam elementos que não podem ser ignorados para entendermos a questão social num âmbito nacional. Segundo Fernandes (2005, p. 261):

Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica.

Um elemento importante do tipo de domínio imperialista na fase monopolista é que: “O que caracterizava o velho capitalismo, onde reinava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital”. Havendo deste modo diferenciações no desenvolvimento capitalista em cada espaço do globo que se inter-relacionam na totalidade do sistema, “o desenvolvimento desigual, por saltos, das

diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo” (LÊNIN, 2011, p. 180).

Dessa forma evidencia-se “que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo” e concomitante a isso “entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico”” (LÊNIN, 2011, p. 199). Estes gêneros de subordinação de umas nações por outras que já existiam antes inclusive do modo de produção capitalista ser dominante “na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial” (LÊNIN, 2011, p. 213). Ou, de acordo com Fernandes (2005, p. 320): “Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total”, ele “não conhece fronteiras e não tem freios”, penetrando nos países periféricos a partir de dentro “enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras”.

Segundo Fernandes (2005) as transformações econômicas, da estrutura urbana e tecnológicas nos países centrais “engendraram formas ultradestrutivas de utilização das matérias-primas da periferia, as quais converteram em maior ou menor grau, as nações periféricas em fator de equilíbrio e de crescimento balanceado das economias centrais” fazendo com que esses países subordinados, enquanto fontes de matéria-prima essenciais ao desenvolvimento do capitalismo monopolista se tornassem profundamente incorporados “à estrutura, ao funcionamento e ao crescimento das economias centrais como um todo”, resultando numa “forma de incorporação devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontra paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo” (FERNANDES, 2005, p. 296).

Após a Segunda Guerra Mundial, algumas mudanças importantes ocorreram na forma do domínio econômico e político exercido pelo imperialismo monopolista, bem como transformações socioculturais neste âmbito. Para Fernandes (2009, p. 29-30) essa nova forma de imperialismo não é consequência apenas de fatores econômicos. Suas determinações seguem estando no eixo da lógica do capitalismo monopolista, num processo onde as mudanças do poder financeiro das empresas capitalistas foram geradas “por mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de

administração” e também “pelos efeitos múltiplos e cumulativos de concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial”. O autor considera que esses processos históricos são de caráter socioeconômico e sociocultural, mas sua determinação decisiva foi política.

Os países do leste europeu que vivenciaram processos pós-capitalistas de transição ao socialismo, com avanços sociais, culturais, tecnológicos importantes, compeliram “as nações capitalistas avançadas da Europa, América e Ásia para uma defesa agressiva do capitalismo privado, especialmente após a Segunda Guerra Mundial”, nesse sentido “enquanto o antigo imperialismo constituía uma manifestação de concorrência nacional entre economias capitalistas avançadas” o novo tipo de imperialismo “representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo”, havendo fenômenos centrais nessa política tais como: “a expansão incoercível da empresa corporativa, a hiperinfluência das finanças internacionais e a hegemonia dos Estados Unidos”. A influência hegemônica dos EUA nesse contexto foi recebida “como um preço razoável pelas burguesias nacionais dos países capitalistas avançados, inclusive a Inglaterra, França, Alemanha e o Japão”, tudo em nome da defesa e do fortalecimento dos interesses privados do capitalismo dominante (IDEM, IBIDEM).

Podemos classificar, de acordo com Mészáros (2003), esse novo tipo de imperialismo enquanto *imperialismo hegemônico global* centrado em uma potência econômica e militar, os EUA. A lógica de concentração cada vez maior do capitalismo monopolista impulsionou essa forma de imperialismo hegemônico em que uma potência busca ser “o Estado oficial do capital”. Embora existam disputas econômicas e políticas entre as grandes empresas monopolistas e os Estados dos diferentes países centrais, a hegemonia dos EUA é evidente e é exercida – para com os demais países – através de diferentes formas de dependência tecnológica, expansionismo militar com guerras, intervenções e bases militares, além do controle político, midiático e cultural.

Mészáros (2012) nega as teses que defendem o surgimento de uma “globalização neoliberal” nas últimas décadas como sendo um estágio particular do capitalismo, segundo o autor:

[...] vemos ser oferecida a varinha mágica da *globalização* como uma solução automática para todos os problemas e contradições enfrentados. Esta solução é apresentada como uma novidade completa, como se a questão da globalização aparecesse no horizonte histórico somente há uma ou duas décadas com sua promessa de bondade universal, ao lado

da outrora igualmente saudada e reverenciada noção da “mão invisível”. Mas, na realidade, o sistema do capital moveu-se inexoravelmente em direção à “globalização” desde seu início. Devido à irrefreabilidade de suas partes constitutivas, ele não pode considerar-se completamente realizado a não ser como um sistema global totalmente abrangente. É por essa razão que o capital procurou demolir todos os obstáculos que permaneciam no caminho de sua plena expansão e porque ele deve continuar a fazê-lo enquanto o sistema perdurar (MÉSZÁROS, 2012, p. 7).

Os Estados seguem tendo papel central no capitalismo monopolista atual, a falácia de um “neoliberalismo” que projetaria o declínio do Estado não se verifica na prática, pois “afirma-se a centralidade do Estado, peça-chave da expansão global das empresas multinacionais. O Estado interfere na gestão da crise e na competição intercapitalista”, embora os mercados transcendam os Estados, eles “operam nas suas fronteiras” (IAMAMOTO, 2007, p. 122). De acordo com Lara (2011, p. 26):

Para assegurar os mecanismos tencionados pela ordem monopólica, o Estado é reivindicado como mecanismo de *intervenção extraeconômica*, cuja função é assegurar os *grandes lucros* dos monopólios e desempenhar funções econômicas como investimentos em setores menos rentáveis e em empresas com dificuldade de crescimento ou em crise; entregar aos monopólios os complexos construídos com fundos públicos, além de outros fatores que os fortalecem em detrimento dos custos do Estado. O Estado passa a ter como principal objetivo garantir as condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista.

Esses apontamentos gerais a respeito da emergência e da consolidação do capitalismo a nível mundial nos trazem pressupostos importantes para iniciarmos uma reflexão a respeito das expressões da questão social no contexto global, suas metamorfoses e suas particularidades nos diferentes países do globo. Contextualizando globalmente e historicamente esses elementos, podemos ter uma base mais sólida para estudar as peculiaridades da revolução burguesa, do desenvolvimento do capitalismo e da questão social nos diferentes âmbitos regionais e nacionais.

2. CAPITALISMO DEPENDENTE E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES

Após adquirirmos elementos gerais a respeito da emergência da sociedade burguesa, de sua radicalização como imperialismo monopolista e das metamorfoses da questão social nesse contexto, temos alguns traços que nos permitem compreender a inserção do Brasil no capitalismo global enquanto processo histórico. De que maneira sua dinâmica interna de consolidação de um típico específico de desenvolvimento capitalista se integrou à lógica geral e hierárquica da ordem monopólica.

Primeiramente precisamos de alguns apontamentos sobre nossa realidade pré-capitalista, sua economia escravista e mercantil, suas fases: colonial e Brasil Império, e assim partimos para a análise da consolidação da República e da revolução burguesa no Brasil. Desse modo, poderemos assinalar características específicas da questão social em nossa realidade nacional.

Nosso foco aqui é contextualizar a questão social – que é expressão das contradições inerentes à sociedade burguesa – no Brasil. Para isso, precisamos nos deter um pouco à época colonial e ao período pós-independência, apresentando tendências e elementos estruturantes decisivos que nos indicam as condições de ascensão da burguesia no Brasil. Esse é o movimento que Florestan Fernandes faz em seu trabalho sobre a *Revolução Burguesa no Brasil*, onde ele aponta diversos fatores constitutivos da formação social brasileira indicando aquilo que posteriormente é determinante no desenvolvimento de nosso capitalismo dependente.

Após um primeiro capítulo de questões preliminares, o autor inicia o segundo capítulo tratando das implicações socioeconômicas da independência no Brasil e parte para o terceiro capítulo abordando o desencadeamento histórico da nossa revolução burguesa, tratando, nos capítulos posteriores, da integração do Brasil na ordem

competitiva e na ordem monopolista, trazendo diversos elementos políticos, sociais, culturais e econômicos de nossa dinâmica interna nesse processo.

Ao tratar do período colonial, Fernandes (2005, p. 39-40) indica que já foram introduzidos no Brasil os “móveis³ capitalistas do comportamento econômico”. Porém, essa produção baseada nas plantações e na grande lavoura (seleção de produtos para exportação, mecanismos de apropriação de terras, trabalho escravo e também livre, custos baixos de produção e extrema concentração de renda) ocupava posição marginal no circuito externo da mercantilização de produtos exportados, mesmo Portugal enquanto metrópole não participava das principais fases desse circuito. O senhor de engenho possuía uma função econômica que poderia ser comparada com os administradores e beneficiários das feitorias. Desse modo eram neutralizadas as influências que o capitalismo comercial externo poderia exercer na organização e no desenvolvimento da economia interna do Brasil colonial.

Esses móveis capitalistas deformaram-se em três direções concomitantes: uma direção se deu como consequência do próprio sistema colonial, a renda gerada na produção dava ao agente econômico interno uma parte ínfima de sua apropriação, sendo a grande maioria apropriada pela Coroa e pelos agentes de financiamento da produção. Embora a renda – por exemplo – de um senhor de engenho pudesse ser relativamente alta, ela “nunca foi suficientemente grande para criar alternativas ao agente econômico interno”, e, diferentemente de outras colônias aonde o agente interno chegou a forçar ajustamentos permitidos pelo estatuto colonial, em nosso caso ele ficou “escravizado à sua fonte de renda mesmo nas piores fases de depressão do mercado”. Uma segunda direção concomitante estava no sentido de que a renda arrecadada pelos agentes internos não era compreendida “à luz dos padrões do capitalismo comercial”, o senhor de engenho pioneiro da era colonial era um agente da conquista (“nobre” ou “militar”) e potencialmente um agente econômico servindo à Coroa, às companhias comerciais e a si mesmo. E em terceiro lugar o próprio fator determinante de que o sistema colonial se organizava (legalmente, politicamente, financeiramente) para “drenar as riquezas de dentro para fora” sem prever “condições institucionais apropriadas para a organização interna do fluxo de renda” (FERNANDES, 2005, p. 40-41).

³ Compreendemos esse termo utilizado pelo autor enquanto os instrumentos materiais, bem como a jurisprudência a eles inerente, que teriam uma potencialidade ou seriam propulsores de *futuras* relações capitalistas de produção.

O que ligava economicamente a grande lavoura ao mercado externo ou ao capitalismo comercial era um processo que se desenrolava na metrópole e/ou em outros países que controlavam o mercado colonial através de seus grupos financeiros. Havia “uma inelutável canalização da renda de dentro pra fora”, renda essa apropriada pela Coroa e principalmente por aqueles grupos financeiros, tendo em vista que Portugal não tinha condições econômicas de absorver com exclusividade as vantagens da sua conquista. O que ficava nas mãos do produtor colonial “não era um excedente gerado por esta forma de capitalização”, mas sim “uma espécie de remuneração”, uma parcela da apropriação colonial, aquilo que restava e não fora absorvido pela Coroa e pelas agências comerciais (FERNANDES, 2005, p. 41-42).

Com essas colocações Florestan Fernandes mostra que no período colonial tínhamos uma realidade heteronômica onde não se apresentava condições para o modo de produção capitalista propriamente dito ser dominante. Não havia apropriação de excedente no sentido capitalista e nem as condições materiais, sociais e culturais para o desenvolvimento de uma burguesia interna. Essa estagnação econômica da Colônia “não provinha dos empreendimentos econômicos desenvolvidos, mas do contexto socioeconômico e político que os absorvia” no sentido de sufoca-los e subordiná-los às dimensões de uma sociedade colonial (FERNANDES, 2005, p. 44).

A herança colonial também instituiu alguns valores que seguiram perdurando posteriormente enquanto resquícios do velho. O extermínio e domínio colonial sob os indígenas, a escravidão dos negros trazidos da África; todo um ambiente social e político que legitimava uma cultura de racismo, mandonismo, naturalização do pensamento colonialista e falta de identidade nacional soberana.

Florestan enfatiza que compreender essas características de nossa formação pré-capitalista é algo de “enorme importância analítica e coloca em novas bases a questão da formação do capitalismo no Brasil”. Pois, é somente com o subsequente rompimento com o estatuto colonial e a criação de um Estado nacional, que os móveis capitalistas obtêm condições de se expandir (num primeiro momento no âmbito da grande lavoura), podendo manifestar suas potencialidades capitalistas com plenitude, canalizando-as para o mercado interno, intensificando o desenvolvimento urbano e expandindo novas formas de atividades econômicas (IDEM, IBIDEM).

A nossa Independência, apesar dos seus limites, foi a primeira grande revolução social ocorrida no Brasil. Podemos identificá-la como revolução, pois ela inaugura a “época da sociedade nacional” ao mesmo tempo em que definitivamente põe fim à “era colonial”. Fernandes (2005, p. 49) discorda de autores que afirmam categoricamente que a Independência “representou uma transação política pacífica, inteligente e segura da casa de Bragança”. Esses estudiosos, segundo o autor, não atribuem o devido valor histórico e sociológico que esse processo possui, e concluem isso devido ao fato de que “as tensões que minavam a sociedade colonial não afetavam a ordem social interna de modo bastante profundo para colorir esse processo de modo mais dramático”.

De fato se deu a persistência dos elementos gerais da mesma ordem de maneira inabalável e não houve grande mobilização de massas para impor ruptura política. No entanto, a Independência inicia um novo tipo de autonomia política e instaura a formação da *sociedade nacional*, transcendendo os limites coloniais anteriores impostos “de fora para dentro” pela Coroa, inaugurando um poder que começa a se organizar “a partir de dentro”, apesar das “injunções e as contingências que iriam cercar a longa fase do ‘predomínio inglês’ na vida econômica, política e diplomática da nação” (FERNANDES, 2005, p. 49-50).

As elites brasileiras nativas se interessaram pela Independência não por terem adquirido consciência anticolonial que questionasse a *estrutura* da ordem posta, mas se voltaram contra “as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial”, pois estas eram um entrave para o seu domínio “em todos os níveis da ordem social”. Por esse motivo, o caráter revolucionário da Independência não se deu com grandes manifestações de massa, nem com violência organizada, e não representou grandes demandas coletivas em prol da mudança da estrutura social (FERNANDES, 2005, p. 50).

Esse processo da Independência que poderíamos chamar de “revolução por cima” ou de “revolução dentro da ordem” pressupôs, segundo Fernandes (2005, p. 51),

[...] um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía

condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação.

Desse modo teve continuidade, principalmente com a grande lavoura e a mineração, as estruturas do mundo colonial: escravidão, extrema concentração de renda, monopólio do poder por reduzidas elites, marginalização de grandes massas de homens livres e uma “erosão invisível da soberania nacional nas relações econômicas, diplomáticas ou políticas com as grandes potências”. Superou-se o estatuto colonial como Estado jurídico e político, mas perpetuou-se “o seu substrato material, social e moral” que serviu “de suporte à construção de uma sociedade nacional” (FERNANDES, 2005, p. 51).

Nesta contraditória fase de rompimento com o estatuto colonial e construção do Brasil Império, o domínio senhorial passa por processo de sofisticação que o coloca enquanto estamento dominante na monarquia constitucional, alcançando “as formas de poder político da sociedade “nacional”, logrando com que seu poder vá para além do domínio senhorial e atinja a esfera do poder político” (FERNANDES, 2005, p. 60).

Sobre a institucionalidade política do Brasil Império, Fernandes (2005, p. 59) indica:

As normas constitucionais que regulavam os direitos de escolha e de representação, através das eleições primárias e das eleições indiretas, bem como o poder de decisão inerente aos diferentes mandatos eletivos e a possibilidade aberta ao poder moderador de recrutar ministros e conselheiros de Estado entre deputados e senadores, condicionavam uma tal concentração de poder político no nível dos privilégios senhoriais, que “sociedade civil” e “estamentos sociais dominantes” passaram a ser a mesma coisa.

A ideologia liberal (que animou a revolução burguesa e o iluminismo nos países centrais) foi absorvida pelas nossas elites nativas e cumpriu uma função ideológica e utópica, de modo que os princípios liberais foram defendidos de maneira “extremamente limitada, tosca e egoística, mas muito eficaz” (FERNANDES, 2005, p.52). O liberalismo impulsionou as elites nativas para revolucionar seu horizonte cultural, se opor aos antigos estatutos coloniais, e preparou intelectualmente o estamento dominante “para a defesa da Independência, da Monarquia constitucional e da democratização do poder político no âmbito de *sua* camada social” (FERNANDES, 2005, p. 55, grifo meu).

Segundo Fernandes (2005, p. 55):

[...] o liberalismo forneceu, não obstante todas as limitações ou deformações que pairaram sobre sua reelaboração sociocultural no meio brasileiro, as concepções gerais e a filosofia política que deram substância aos processos de modernização decorrentes, primeiro, da extinção do estatuto colonial e, depois, da desagregação lenta e heterogênea, mas progressiva, da própria ordem colonial. Ele não afetou (nem poderia afetar) os aspectos da vida social, econômica e política que continuaram a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonialista. No conjunto, o impacto social foi pouco profundo e sua importância decisiva aparece apenas nos níveis da adaptação dos agentes econômicos internos aos mecanismos diretos do mercado internacional e da criação de um Estado nacional.

Na prática o que havia era uma dualidade estrutural entre as formas de dominação antigas mantidas pela tradição e as novas formas de poder criadas pela ordem legal, onde – muitas vezes – as velhas formas de dominação acabavam prevalecendo sob os preceitos legais. Assim se da “uma cissura entre o presente e o passado (coexistentes e interdependentes como dimensões da vida societária)” (FERNANDES, 2005, p. 56).

Esses elementos retratam as imensas limitações histórico-sociais de nossa “revolução da Independência” que impôs “o império da dominação senhorial, como uma cadeia de ferro, sobre toda a nação”, numa forma de dominação estamental que “não passaria de uma “tutela”, por vezes tão egoísta, acanhada e insensível quanto fora a “tutela colonial”” (FERNANDES, 2005, p. 61). Assim, implantaram-se as bases da integração nacional na ordem social herdada da colônia numa transformação bastante restrita do ponto de vista estrutural e político na qual “a democracia não era uma condição geral da sociedade. Porém, necessidade e recurso do equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estamental” (FERNANDES, 2005, p. 63), de modo que a integração jurídico-política da sociedade nacional “só existia nos níveis em que a ação do governo e a presença do Estado envolviam concentração de poder suficiente para neutralizar o particularismo da dominação estamental” (FERNANDES, 2005, p. 64).

Com todas as suas limitações esses elementos decorrentes da Independência, da configuração do Estado nacional, dos valores liberais, e das influências do comércio exterior, foram fatores que impulsionaram transformações econômicas no sentido capitalista. O ideário liberal de alguma forma se chocava com o sistema de valores que preservava a escravidão e o império da dominação senhorial, no plano econômico “a burocratização da dominação senhorial no nível político e a expansão econômica

subsequente à Abertura dos Portos colocava em novas bases [...] as funções econômicas e sociais dos estamentos”, permitindo que o senhor rural deixasse de ser um “agente econômico da Colônia” e passasse a ser um “agente econômico independente”, dessa forma ele podia se inserir “no fluxo da comercialização das exportações” (FERNANDES, 2005, p. 67).

Essas mudanças trouxeram a necessidade de criar ou expandir “instituições extrapolíticas complementares ou suplementares do Estado (da rede dos serviços aos bancos)”, e com isso ocorrem pressões sobre “as ocupações qualificadas e as profissões liberais”. De tal modo, uma parte da sociedade se destaca e se difere da estrutura tradicional, e é nesse setor que a livre competição pode de alguma maneira existir, criando condições para que o “sistema competitivo” coexista e se choque com o “sistema estamental” (FERNANDES, 2005, p. 68).

De acordo com Fernandes (2005) as novas estruturas políticas do Estado nacional exerciam influência no sistema econômico de modo a expandi-lo e diversificá-lo, criando vasta rede de serviços e contribuindo para o desenvolvimento urbano. Os “móveis puramente capitalistas” puderam assim se dinamizar e se liberalizar, colocando “em novas bases a organização interna de uma economia de mercado” (FERNANDES, 2005, p. 86). Para o autor, em síntese, nós tivemos nesse período uma *acumulação estamental de capital* numa economia *pré-capitalista*. Esse modelo teve maior duração no Brasil do que nos países centrais (onde houve impulsos econômicos, sociais e políticos que o encurtaram) e através dessa acumulação os senhores “se engolfavam na vida urbana e nas oportunidades que ela acarretava” vinculando-se às “aplicações ou especulações com o capital, condenadas pelo antigo código ético senhorial” (FERNANDES, 2005, p. 99).

Para o sociólogo o *primeiro* grande salto que se deu na evolução do capitalismo no Brasil foi sociocultural e não econômico, na medida em que a autonomização política trouxe alterações na sociedade, na cultura, nas personalidades que “envolviam um novo tipo de internalização e de vigência histórica da civilização ocidental moderna no Brasil”, fazendo surgir novo “estilo de vida” que requeria adaptação da sociedade brasileira a economia de mercado, sendo que a estrutura preservada do período colonial fornecia “um incentivo muito limitado a semelhante transformação” (FERNANDES, 2005, p. 100).

O “espírito burguês” na sociedade brasileira surge então, ou preso às malhas do capitalismo comercial, ou preso a formas de dependência onde “o setor novo” se subjugava à tutela das camadas senhoriais. Além das situações em que “tais agentes nada mais eram senão representantes declarados ou disfarçados dos centros econômicos externos, que controlavam de fora” os “dois setores da economia brasileira” (FERNANDES, 2005, p. 105).

Tratando desse período Florestan Fernandes indica elementos a respeito da constituição da dependência econômica do Brasil em relação ao capital estrangeiro. Segundo o autor:

[...] a autonomização política firmava a independência econômica dos estamentos senhoriais sobre a heteronomia econômica da nação, no presente e no futuro. Por conseguinte, fazia com que o “senhor agrário” só fosse economicamente autônomo em um sentido unilateral e propriamente interno, já que a situação heteronômica irredutível da economia da nação também o tornava economicamente dependente (FERNANDES, 2005, p. 106).

Dessa maneira a apropriação que na época colonial cabia à Coroa portuguesa, passou a ser “parcialmente reabsorvida pelo capital estrangeiro” que começou a atuar dentro do País “acompanhando a internalização das fases de comercialização dos ‘produtos tropicais’, então incorporados aos sistemas de exportação” (FERNANDES, 2005, p. 107).

Todos esses elementos contraditórios que representam diversas relações recíprocas entre a estrutura e as formas de consciência social, resquícios do velho no novo, particularidades nacionais que ao mesmo tempo se integram e são influenciadas pelas transformações globais, são apresentadas por Florestan Fernandes de maneira minuciosa e buscando expor o modo como diferentes elementos atuam e se condicionam concomitantemente, superando visões deterministas, unilaterais ou mecânicas a respeito dos acontecimentos históricos.

Esse contexto exposto pelo autor com todas as tensões que traziam o anseio pelo desenvolvimento do capitalismo e se chocavam com as barreiras da herança colonial, é o que cria condições e da fermentação para o desencadeamento histórico da revolução burguesa no Brasil.

De modo resumido, a nova ordem legal estimulou o crescimento de um mercado interno e configurou “uma *situação de mercado*” que se tornou “o principal polarizador do desenvolvimento econômico nacional”, e com isso a economia ganhou condições para “assimilar os modelos de organização econômica predominantes nas economias centrais”. Porém, essa assimilação, devido a nossa condição periférica e dependente, não foi uma simples e pura reprodução do desenvolvimento daquelas economias, ocorrendo inicialmente de maneira mais intensa “nos centros urbanos que coordenavam as relações de exportação e de importação” (FERNANDES, 2005, 109).

Partindo da análise de que tivemos uma assimilação atípica dos modelos de mercado das economias centrais, podemos apontar como uma de nossas principais peculiaridades o fato de que o “núcleo de real vitalidade econômica produzia para exportação, não para o consumo interno”, configurando de modo estrutural “uma situação de mercado em que preponderavam as conexões econômicas com o exterior” e com a vida econômica interna as mesmas “possuíam escassa importância estrutural e dinâmica”. Em suma Florestan Fernandes aponta três características fundamentais desse modelo: a “preponderância da exportação agrícola”, a “importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola”, e a “dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico” (FERNANDES, 2005, p. 110).

Essa realidade colocou o desencadeamento de nossa revolução burguesa de maneira bastante emaranhada a partir das pré-condições de uma economia “colonial, periférica ou dependente”, onde “não existiam as condições e os processos econômicos que davam lastro ao funcionamento dos modelos econômicos transplantados nas economias centrais”. Num primeiro momento, esses modelos econômicos só foram absorvidos no âmbito das “transações econômicas controladas de fora (nos “negócios” de exportação e de importação)” e nas transações “associadas ao desenvolvimento interno do “alto comércio””. Esses modelos econômicos transplantados não tiveram por objetivo consolidar um desenvolvimento interno comparável ao desses países centrais, mas sim a função de manter e “intensificar a incorporação dependente da economia brasileira àquelas economias” (FERNANDES, 2005, p. 112-113).

O capitalismo que emerge dessas condições consiste em um “capitalismo de tipo especial”, com dois importantes elementos estruturantes e contraditórios entre si: a heteronomia econômica condicionada pelos países centrais e, ao mesmo tempo,

tendências de uma dinâmica autônoma em fase de estruturação. Essa realidade socioeconômica contraditória baseada nesta polarização central é o que o sociólogo chama de “capitalismo dependente” (FERNANDES, 2005, p. 113).

No processo que desencadeou a revolução burguesa no Brasil, o capital estrangeiro soube se adaptar às novas transformações decorridas do desenvolvimento interno, sempre no sentido de “manter e fortalecer a posição heteronômica do Brasil em face das economias centrais”, ao mesmo tempo em que os agentes do nosso mercado interno viram tolhidos os seus anseios mais profundos, restando-os “apenas a perspectiva de acomodação à substituição dos tipos de controle” e deixando “aos importadores europeus uma ampla margem de dominação econômica”. Como eram os importadores estrangeiros que dispunham de “recursos financeiros, técnicos, humanos e institucionais” para tal empreendimento, coube em última instância a eles o papel de dirigir “a reintegração da economia brasileira ao sistema econômico internacional”, sendo, nesta condução, exitosos ao ponto de converter a nossa aristocracia agrária à condição de “sócia-menor” dos seus interesses (FERNANDES, 2005, p.116).

Desse modo, não houve no Brasil um processo significativo de alteração das suas relações econômicas com o exterior, estas apenas “se deram de modo a modificar a qualidade dessas dependências”, ocorrendo, com isso a transformação do “aparelhamento do País para montar e expandir uma economia capitalista dependente, sob os quadros de um Estado nacional controlado, administrativa e politicamente, por “elites nativas”. Desenvolvendo concomitantemente “a emergência de um novo padrão de crescimento econômico interno” e “a organização dos nexos de dependência econômica em relação ao exterior” (IDEM, p. 116-117).

De acordo com Netto (2010, p.18),

[...] o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações (v.g, as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados.

Tivemos então uma “modernização econômica induzida de fora” (FERNANDES, 2005, p. 118), onde internamente, além da aristocracia agrária havia os “novos agentes econômicos” que tiveram importante papel de implantar “todo um complexo cultural fundamental da civilização capitalista no seio da sociedade brasileira”, existindo, com isso, mudanças econômicas reais vinculadas a “substituição dos nexos de dependência”. Mesmo não tendo ocorrido “nenhuma transformação econômica de natureza revolucionária”, criando-se apenas novos laços de dependência com o exterior, houve mudanças econômicas que trouxeram relativa liberdade e independência para os agentes econômicos internos e – pela primeira vez – “emergia na cena histórica brasileira o verdadeiro palco do “burguês”” (IDEM, p. 119-120).

Para tratar dessas condições de erupção da revolução burguesa no Brasil, o autor discorre a respeito de personagens históricos que se metamorfosearam e também se chocaram entre si. Aborda a contradição entre os novos agentes econômicos que impulsionavam uma economia tipicamente capitalista e o senhor rural, além de colocar relevância no papel dos imigrantes nesse contexto. Fernandes (2005, p. 129-130) mostra como o “senhor rural” transforma-se em “grande proprietário” (principalmente enquanto fazendeiro de café) a partir das determinações econômicas em andamento que,

[...] puderam ser neutralizadas ou negligenciadas enquanto a forma estamental de acumulação de capital possuía uma base material (o trabalho escravo) e um suporte social (a dominação patrimonialista no nível do domínio e da sociedade global). Todavia, à medida que a ordem social competitiva se fortalece internamente e que a grande lavoura cai de modo implacável sob os mecanismos econômicos do mercado (em suas conexões com a economia mundial), a ordem social estamental perde sua eficácia como meio de defesa e fonte de segurança. Então, da perplexidade, do pânico e da ruína, o fazendeiro evolui, rapidamente, para adaptações econômicas novas, que redundam no abandono da forma estamental de acumulação de capital e na adoção de uma fórmula alternativa, que consistia em despojar a grande propriedade dos atributos histórico-sociais do domínio. Desse modo, ela se converteu, com relativa rapidez, numa variante típica da *plantação tropical moderna*, associada à acumulação comercial ou financeira de capital.

O sociólogo afirma que em todo processo de revolução burguesa existem protagonistas históricos centrais que o impulsionam. No caso do Brasil “se omitirmos as referidas categorias sociais e formos diretamente aos agentes humanos que as ocupavam” nos depararemos fatalmente com “o fazendeiro de café” e o “imigrante” (FERNANDES, p. 127-128). O fazendeiro, que antes “renegava o “elemento burguês”

do seu *status* para afirmar-se como aristocracia agrária, monopolizar o poder e organizar um Estado nacional independente”, se viu compelido – principalmente no final do século XIX e na última década de 1880 – a “repudiar o próprio *status* senhorial, para salvar-se, através do “elemento burguês” de sua situação”. Historicamente esse movimento⁴ “condicionaria a ruptura da sociedade civil com a ordem senhorial e a plena metamorfose do senhor agrário em *cidadão* da República” (FERNANDES, 2005 p. 130).

Os atores dessa elite agrária, segundo Fernandes (2005, p. 142), personificados enquanto “coronel” ou “homem de negócios” lograram fazer com que a desagregação da ordem senhorial não convertesse “a extinção da escravidão numa convulsão incontrolável e revolucionária”, procurando “solapar as bases do movimento abolicionista e extrair dele o seu sentido revolucionário [...] neutralizando-o social e politicamente” e tirando disso “todas as vantagens econômicas possíveis”. Assim,

[...] esvaziaram a revolução abolicionista de significado político e de grandeza humana. O escravo sofreria uma última e final espoliação, sendo posto à margem sem nenhuma consideração pelo seu Estado ou por seu destino ulterior. Em compensação, garantiam-se à grande lavoura condições favoráveis para a substituição do trabalho escravo e para salvar, na ordem social competitiva, suas posições dominantes nas estruturas do poder econômico e político (FERNANDES, 2005, p. 143).

A respeito do imigrante são apontados diversos elementos sobre o seu papel em alavancar as condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ele participa da passagem da “ordem tradicional” para a “ordem capitalista” reproduzindo, sob diferentes condições, o processo que ocorreu ou estava ocorrendo em seu país de origem, processo esse no qual a urbanização desencadeou e tendia a acelerar nas cidades brasileiras.

O imigrante também soube aproveitar o momento de desagregação da ordem senhorial no sentido de “capitalizar a mudança economicamente, propondo-se ou impondo-se como o próprio agente desses processos econômicos” (FERNANDES, 2005, p.171). Nesse sentido a antiga elite agrária e os imigrantes cumpriram diferentes funções econômicas, o que não provocou grande choque entre ambos, e cada um

⁴ Fernandes (2005, p. 130) utiliza a expressão “é melhor que se vão os anéis mas fiquem os dedos” para ilustrar tal movimento de transformação do papel do senhor rural em grande proprietário.

cumpriu importante papel protagonista no desenvolvimento e consolidação do capitalismo.

Entender o que há de específico em nossa formação social e econômica integrada ao capitalismo mundial também é considerar o Brasil no contexto da América Latina, contexto esse no qual a realidade de um capitalismo dependente com origens coloniais é uma característica comum aos demais países de nosso continente.

José Carlos Mariátegui (apud LOWY, 1999) ao final da terceira década do século XX já dizia que:

[...] as burguesias nacionais, que veem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de lucro, sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocuparem seriamente com a soberania nacional. Estas burguesias na América do Sul [...] não estão predispostas de forma alguma a admitir a necessidade de lutar pela segunda independência.

Fernandes (2009, p.21) afirma que é padrão de dominação em toda América Latina “a institucionalização política do poder [...] com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida”, afinal “os interesses privados internos estão interessados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientação de valores extremamente egoístas e particularistas”.

Para Marini (1990) a revolução industrial na América Latina corresponde à independência política que os países conquistam nas primeiras décadas do século XIX, onde a base estrutural demográfica e administrativa surgida durante a colônia constitui uma série de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Esses países – dentre eles o Brasil – passam a exportar, em articulação direta com a metrópole inglesa, bens primários em troca de manufaturas de consumo e começam a adquirir dívidas.

É a partir daí que,

[...] se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 1990, p. 141).

Rui Mauro Marini também centra suas atenções em uma análise da estrutura econômica interna que é consequência desta posição de dependência, apresentando a categoria da superexploração como fundamental para compreender essa realidade.

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (MARINI, 1990, p. 162).

Assim, Marini apresenta sua tese de que a superexploração do trabalho é o fundamento da dependência e adverte que “as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político” (MARINI, 1990, p. 194).

Como já tratamos no primeiro capítulo, o capitalismo a nível global inicia-se em sua fase competitiva (embora já com tendências à concentração e monopolização) e posteriormente se consolida em sua fase monopolista. Fernandes (2005) aborda as especificidades da formação e do desenvolvimento da ordem social competitiva no Brasil, apresenta as características gerais de nossa revolução burguesa e de nosso capitalismo dependente, a emergência e a expansão do capitalismo monopolista nesse contexto e chega a importantes conclusões a respeito do papel político do Estado brasileiro e suas características enquanto uma autocracia burguesa.

Tratando sobre o processo de generalização do regime de trabalho assalariado no Brasil, Fernandes (2005) mostra que já surgem tipos de “trabalho livre” ainda antes da desagregação da ordem escravocrata e senhorial, e – nesse primeiro momento – ele surge somente enquanto mercadoria. Posteriormente – já sob a primeira República – é que ele “se configura como um fator social construtivo, adaptando-se às funções sociais e políticas que deveria ter na ordem social competitiva” (FERNANDES, 2005, p. 230).

Para isso era necessário que aqueles que vendem o seu trabalho contassem ao menos com certas condições econômicas, sociais e políticas para “impor o *seu lado* da barganha salarial e da relação patrão-operário ou trabalhador” (IDEM, p. 231). Isso contribuiu para que a apropriação do trabalho passasse a ter reguladores externos: “o mercado, os níveis de vida e de salário, a competição e o conflito (de início polarizados apenas pelo movimento sindical), a consciência operária e a solidariedade de classes” fazem com que “a “integração nacional” em um processo democrático e revolucionário” pelo menos destruía “barreiras sociais arcaicas” e introduza “niveladores sociais de

classe”. Isso ocorre deitando raízes “na própria emancipação nacional e nas tendências correlatas de modernização controlada de fora, de desenvolvimento de um mercado capitalista interno e de crescimento urbano-comercial” (IDEM, IBIDEM).

Porém, como muitas estruturas de dominação arcaicas se preservaram, tendo a própria dominação senhorial se transformado em dominação oligárquica, foram bloqueadas política, econômica e socialmente “a formação das classes e dos mecanismos de solidariedade de classe, impondo o *controle conservador* e o poder autocrático das elites das classes dominantes como fio condutor da história” (FERNANDES, 2005, p. 231). Aqueles que no antigo regime tinham seu trabalho apropriado pelos estamentos dominantes e não tiveram condições de ter sua própria solidariedade estamental, na República e no regime de classes também tiveram negadas as condições de solidariedade de classes, num processo que retirou do trabalhador as “bases estruturais e dinâmicas de sua elaboração como fator social construtivo (capaz de alimentar e de dar sentido às *transformações de baixo para cima* da ordem social competitiva)” (IDEM, p. 232).

Se retomarmos o conceito de questão social abordado no primeiro capítulo ou concordarmos com Netto (2011, p.17) que a questão social em sentido universal significa “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista”, podemos afirmar que a questão social no Brasil se origina nesse momento – de formação da República - em que a classe operária e os trabalhadores em geral emergem no cenário social e político. Ensaando movimentos reivindicativos, mas com limitações histórico-sociais e restrições por parte do poder dominante que se apresentam com um peso imenso e explicitam as particularidades do surgimento da questão social em nosso País.

Tratando dessas condições que constituem a generalização do regime de “trabalho livre” assalariado no Brasil, Fernandes (2005, p. 232-233) conclui que:

Guardadas as proporções, o trabalho livre se configura (como ocorreu com o trabalho escravo), do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital. O elemento ou a dimensão humana do trabalho bem como a “paz social” são figuras de retórica, de explícita mistificação burguesa, e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar

Temos desse modo uma série de elementos do mandonismo tradicional que se perpetuam, se reconfiguram e mantêm a classe trabalhadora brasileira sob um domínio autocrático bastante restrito para quaisquer formas de aspirações progressistas de um ponto de vista social e democrático.

Já tratando diretamente da revolução burguesa no contexto brasileiro Fernandes (2005) indica que esta possui um drama crônico que é específico do capitalismo dependente. As impossibilidades históricas formam uma cadeia que fatalmente acaba se impondo em cada fase do desenvolvimento, pois, como não ocorre uma ruptura definitiva com o passado, “a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra seu preço” (IDEM, p. 238). As reformas que seriam típicas de um modelo tradicional de revolução burguesa acabam sendo negadas e/ou neutralizadas.

O sociólogo então aponta como elementos centrais a serem questionados e discurridos: a questão da natureza do nosso capitalismo, qual tipo de transformação capitalista nos coube na “partilha do mundo”, quais são os marcos da evolução *possível* desse capitalismo, e o que ele reserva para suas duas principais classes: a burguesia e o proletariado.

O fim do Império e o início da República contêm ainda somente os germes do poder burguês e da dominação burguesa no Brasil. Não existe nesse contexto um colapso do poder oligárquico, mas uma transição que, mantendo a hegemonia da oligarquia, recompõe as estruturas do poder configurando o domínio da burguesia. A oligarquia “não perdeu a base de poder que lograra antes, [...] e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse possível, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas” (FERNANDES, 2005, p. 240). Constituiu-se assim uma “nova aristocracia”, sendo a oligarquia quem “decidiu” o que deveria ser a dominação burguesa “selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil” (IDEM, p. 246).

Um elemento importante nessa ascensão foi que as várias “burguesias” da plantação e da cidade não passaram por um processo significativo de fusão, preservando diversos particularismos. E foi na área do comércio em que todos os setores burgueses se encontraram e partilharam seus interesses comuns. Desse modo, nossa burguesia não forjou instituições próprias de poder (como fizeram outras burguesias que primeiramente só utilizavam o Estado em arranjos mais complicados), ela estabeleceu o

seu pacto de dominação de classe no terreno político, convergindo e unificando-se no Estado.

Nossa burguesia então não busca – no processo de edificação do seu domínio – superar as estruturas sociais arcaicas herdadas do passado. Como a transição se dá “por cima” não convém à burguesia enfrentar as formas de domínio oligárquico instituídas, e ela preferiu se comprometer com aquilo que lhe fosse vantajoso, tirando proveito “dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira” (FERNANDES, 2005, p. 240).

Logo, não era somente a oligarquia que impunha um entrave às transformações sociais e nacionais que seriam típicas de uma revolução burguesa clássica. A “própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas”, optando por uma “mudança gradual” em larga composição e evitando “uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora” (IDEM, p. 241).

Embora – como já demonstramos – diversos setores dessa burguesia propalassem a retórica liberal e ideais como os da revolução francesa, quando outras classes cobraram que esses ideais fossem para além da simbologia ela demonstrou suas verdadeiras entranhas “reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico” (FERNANDES, 2005, p. 242). Como por exemplo, tratando as greves da década de 1910 puramente como casos de polícia ou a própria repressão contra as mais amplas reivindicações democráticas do povo meio século depois.

As transformações conduzidas “a partir de cima” consolidaram um poder dominante autocrático bastante temeroso com quaisquer pressões populares ou de outras camadas sociais que possam exigir mudanças, mesmo que dentro da ordem. Isso faz com que “a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa”. Essa forma de consolidação do poder burguês “ampliou de maneira explosiva a potencialidade dos conflitos sociais, tornando iminente o surgimento de oposições “de baixo pra cima” que poderiam se converter em “oposição contra a ordem”” (FERNANDES, 2005, P. 249).

É assim que o “velho” e o “novo” se fundem e se recompõem prevalecendo a lógica da *dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes*. Onde “o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização” e garantia “a maior segurança possível na passagem do mundo *pré-capitalista* para o *mundo capitalista*, prevenindo a “desordem da economia”, a “dissolução da propriedade” ou o “desgoverno da sociedade”” (FERNANDES, 2005, p. 247).

A dominação burguesa então se constitui de um modo em que as concepções da “velha” e da “nova” oligarquia convertem “a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária” (FERNANDES, 2005, p.250). Poder-se-ia dizer que a burguesia brasileira teria como optar por um caminho distinto da perpetuação da dependência, e exemplos como os da emancipação política da burguesia estadunidense poderiam sustentar esse argumento. No entanto, como seria possível sustentar o desenvolvimento do capitalismo internamente nos “marcos tão recentes do passado colonial e neocolonial, ainda vivos no processo de descolonização em curso ou, pior, nos processos de acumulação capitalista recém-adotados na economia agrária?” (IDEM, p. 251).

É preciso compreender que não se pode ter uma mesma explicação para “as diversas situações criadas pela “expansão do capitalismo no mundo moderno”” (FERNANDES, 2005, p.251). Verificando as condições sócio históricas de países como o Brasil, percebemos que determinadas burguesias “não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para a “transformação capitalista” e a “revolução nacional e democrática”” (IDEM, IBIDEM). Nesta direção as classes dominantes nativas se sentiram confortáveis com a continuidade da dependência, tendo em vista que:

O que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo (IDEM, 2005, P. 253).

Essa condição de permanente dependência e subdesenvolvimento não foi apenas imposta de fora pra dentro, na compreensão de Fernandes (2005, p.262) esses nexos de dependência:

[...] fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana (2005, p. 262).

O autor apresenta três fases na emergência e consolidação de nosso capitalismo: A fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno (que iria da “abertura dos portos” até a sexta década do século XIX), a fase de formação e expansão do capitalismo competitivo (que vai do “último quartel” do século XIX até a década de 1950 no século XX) e a fase de irrupção do capitalismo monopolista, que se acentua no fim da década de 1950 e se consolida estruturalmente após o golpe de 1964. (FERNANDES, 2005, p. 263-264).

Considerando esses três momentos e fazendo as devidas relações com o processo de emergência e consolidação do capitalismo monopolista a nível mundial, temos uma síntese do processo de revolução burguesa no Brasil e podemos traçar elementos marcantes característicos da questão social nesse contexto. Fernandes (2005) trata sobre a forma autocrática com que a dominação burguesa surge e se consolida a partir do golpe civil-militar de 1964, abordando questões políticas, sociais e culturais dessa consolidação. Com base nesses pressupostos podemos avaliar qual é a atualidade desse domínio autocrático e em quais pontos essa abordagem pode contribuir para uma melhor compreensão das expressões da questão social na contemporaneidade.

A emergência e expansão do capitalismo monopolista estendeu o domínio das grandes corporações capitalistas nos países periféricos sem necessitar de uma intervenção extensa e profunda nas suas estruturas coloniais, neocoloniais ou competitivas, na realidade “essas estruturas lhes eram altamente vantajosas, já que economias desse tipo não dispunham de mecanismos econômicos reativos de autodefesa” (FERNANDES, 2005, p. 295). Assim, as grandes corporações através das nações hegemônicas exigem dos países periféricos que coloquem “a casa em ordem” para garantir a viabilidade do “desenvolvimento por associação”, e também desencadeiam “vários tipos de projetos de assistência, uns econômicos, financeiros ou

tecnológicos, outros policial-militares, educacionais, sindicais, de saúde pública ou hospitalares, etc.” (FERNANDES, 2005, p. 297-298). Essa associação deixa de lado ou em segundo plano “os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva, que operariam na prática, como obstáculos à transição para o capitalismo monopolista” (IDEM, p. 298), evidenciando uma caracterização muito mais selvagem dessa transição nos países periféricos que impede “qualquer conciliação concreta” entre “*democracia, capitalismo e autodeterminação*” (FERNANDES, 2005, p. 298).

As grandes corporações ligadas aos países imperialistas tiveram dois momentos de penetração na economia dependente brasileira. Num primeiro momento “só contaram com o espaço econômico que elas próprias conseguiram abrir, numa economia capitalista dependente mas em fase de transição industrial relativamente madura”, e no segundo momento, que se dá principalmente após o golpe de 1964, “elas puderam contar com uma política econômica que unificava a ação governamental e a vontade empresarial” configurando-se “o espaço econômico típico de que elas necessitavam para crescer” (FERNANDES, 2005, p. 298).

Fernandes (2005, p. 309) mostra como que a crise do poder burguês decorrente da consolidação do capitalismo monopolista principalmente a partir dos anos 60, se resolve no Brasil sem grandes abalos na ordem social existente, indicando três principais elementos nesse processo:

1º) a capacidade da iniciativa privada interna de captar as irradiações econômicas das grandes corporações, das nações capitalistas hegemônicas e do mercado capitalista mundial; 2º) a capacidade de mobilização social e política da burguesia *como classe possuidora e privilegiada*; 3º) a possibilidade de converter o Estado em eixo político da recomposição do poder econômico, social e político da burguesia, estabelecendo-se uma conexão direta entre dominação de classe, concentração do poder político de classe e livre utilização, pela burguesia, do poder político estatal daí resultante.

Esse terceiro elemento que consiste na simbiose entre poder burguês e Estado é de fundamental importância para compreender as especificidades da questão social brasileira. O Estado tem grande importância tanto no desenvolvimento do capitalismo periférico quanto num “tipo de dominação burguesa que se singulariza pela institucionalização política da autodefesa de classe”, perpetuando uma sociedade que faz “o grosso da população permanecer excluída do funcionamento normal do regime de

classes e da ordem social competitiva”, na qual somente “as classes altas e médias chegam a participar efetivamente das vantagens proporcionadas pelo desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 2005, p. 311). Temos então uma realidade onde a dominação burguesa irradia certos privilégios próprios de sua natureza somente para uma grande minoria, “nos 10, 15, 20 ou 25% que têm rendas altas, monopolizam a cultura e o poder político” e o Estado se constitui “no veículo por excelência do poder burguês”, afinal, para desenvolver um capitalismo monopolista dependente necessita-se de uma grande estabilidade política que “só uma extrema concentração do poder político estatal é capaz de garantir” (IDEM, p. 312).

Temos, ao mesmo tempo, uma clara dissociação entre desenvolvimento político e desenvolvimento econômico, pois enquanto no plano econômico temos “um padrão capitalista altamente *racional e modernizador*” (FERNANDES, 2005, p. 313) junto a isso são implementadas:

[...] medidas políticas, militares e policiais, contrarrevolucionárias, que atrelam o Estado nacional não à clássica *democracia burguesa*, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa (IDEM, IBIDEM).

O capitalismo monopolista também se consolida no Brasil sem eliminar “uma variedade de formas econômicas persistentes, algumas capitalistas, outras extracapitalistas”, ou seja, não se eliminam por completo as relações do passado “pela simples razão de que elas são funcionais para o êxito do padrão capitalista-monopolista de desenvolvimento econômico na periferia”, persistindo assim “formas econômicas variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas””, que seguiram coexistindo “ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial” (FERNANDES, 2005, p. 315).

Fernandes (2005, p. 320) afirma claramente que essa forma de “articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial” consiste numa estrutura que “jamais poderá ser destruída” se isso se der “dentro e através do capitalismo”. A dependência e o subdesenvolvimento não eliminam o fato de que “enquanto existir capitalismo haverá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classes terão de passar por processos de acomodação, competição e conflito das classes entre si”, elas apenas “introduzem elementos novos na formação e na manifestação de tais processos, que se ajustam, assim, à natureza do capitalismo

dependente e subdesenvolvido”, tendo a peculiaridade de “introduzir maiores desequilíbrios econômicos na base dos antagonismos de classes e controles políticos mais rígidos sobre os seus efeitos” (FERNANDES, 2005, p. 323).

Há um tipo de interpretação errônea a respeito da revolução burguesa em países periféricos que já teve e ainda tem respaldo em diferentes análises sociológicas. Segundo essa interpretação existiria um “esquema” de revolução burguesa que seria “idêntico ao que se aplica às sociedades capitalistas centrais e hegemônicas”. A dependência e o subdesenvolvimento seriam, assim, apenas estágios passageiros que estariam “destinados a desaparecer graças ao caráter fatal da autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 2005, p. 338), acreditando-se que a periferia dependente repetiria, através de revoluções anticoloniais, a história das nações centrais.

Essa compreensão esquemática acaba ignorando que no capitalismo dependente o crescimento “se dá acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis”. De fato existem “estruturas e dinamismos essenciais” que são comuns aos países centrais e periféricos, que consistem em “uniformidades fundamentais, sem as quais a parte dependente da periferia não seria *capitalista*” (FERNANDES, 2005, p. 339), mas essas uniformidades não negam a existência de diferenças fundamentais “que emanam do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista da periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado”, articulando “no mesmo padrão as economias capitalistas centrais e as economias capitalistas periféricas”. Para uma compreensão concreta de nossa realidade o fundamental está em constatar não apenas as uniformidades, mas principalmente as particularidades que explicam “a variação essencial e diferencial, isto é, o que é típico da transformação capitalista e da dominação burguesa sob o capitalismo dependente”, pois somente dessa forma é possível “colocar em evidência como e por que a Revolução Burguesa constitui uma realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, sem recorrer-se à substancialização e à mistificação da história” (FERNANDES, 2005, P. 340).

A articulação entre transformação capitalista e dominação burguesa no Brasil não pode repetir os pré-requisitos do modelo clássico democrático-burguês, ela se dá

através de uma “forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia” ou então “uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia”. As nações hegemônicas não possuem nenhum interesse em inibir esse modelo autocrático que representa um capitalismo “selvagem e difícil” por meio de um enfraquecimento das burguesias dependentes. Se assim o fizessem “estariam fomentando a formação de burguesias de espírito nacionalista e revolucionário” ou “incentivando transições para o capitalismo de Estado e para o socialismo”, trabalhariam desse modo contra os seus próprios interesses “que consistem na continuidade do desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido” (FERNANDES, 2005, p. 341-342).

O fato de a grande burguesia brasileira ser dependente e associada ao imperialismo estrangeiro não significa que ela seja permanentemente uma burguesia “frágil” ou “débil”, segundo Fernandes (2005, p. 342) essa fraqueza “das burguesias submetidas e identificadas com a dominação imperialista é meramente relativa”, e enquanto mais “se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida”, essa solidez se confirma não somente com “uma burguesia articulada internamente em bases nacionais” como também “bastante forte para saturar todas as funções políticas auto-defensivas e repressivas da dominação burguesa”.

Uma característica geral da consolidação do capitalismo brasileiro na sua conexão entre dominação burguesa e transformação capitalista é a hegemonia urbana decorrente da emergência da industrialização. Essa hegemonia expressa seu impacto histórico na “concentração de massas humanas, de riquezas e de tecnologias modernas em um número reduzido de metrópoles-chave” (FERNANDES, 2005, p. 346-347). Considerando os tempos atuais temos, de acordo com o senso do IBGE (2010), um constante aumento da população urbana e diminuição da população rural. Se em 1970 a população urbana representava 55,98% e a população rural 44,02%, em 2010 a população urbana já representava 84,36% e a população rural 15,64%. Essa constante urbanização muda “por completo as relações das cidades com a economia agrária e com o respectivo complexo urbano-comercial”, porém não promove “a desagregação propriamente dita do caráter duplamente articulado da economia capitalista dependente” (FERNANDES, 2005, p. 346).

O domínio burguês que combina a adaptação tanto “às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno” quanto “às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p. 349) manteve sua rota e preservou sua essência desde a primeira República até o período pós-golpe de 1964. O “despotismo burguês” que evidencia “uma clara separação entre *sociedade civil* e *nação*” (IDEM, p.352), no sentido de que a participação em instâncias dessa sociedade civil burguesa restringe-se apenas a uma parcela reduzida e elitizada da nação como um todo, é combinado com uma “formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, reativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de “poder político legítimo”” (IDEM, p. 353).

Esse “capitalismo selvagem” consiste no modelo de “capitalismo possível” nos países periféricos na era “da partilha do mundo entre as nações capitalistas hegemônicas, as “empresas multinacionais” e as burguesias das “nações em desenvolvimento””, conjugando “desenvolvimento capitalista com a vida suntuosa de ricas e poderosas minorias burguesas e com o florescimento econômico de algumas nações imperialistas também ricas e poderosas”, e associando “luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão, do outro” (FERNANDES, 2005, p.353-354).

Tanto os anseios provenientes de um reformismo burguês (como as demandas de reforma agrária e de expansão do mercado interno) quanto os movimentos democrático-burgueses (como a radicalização das classes médias) são sufocados “a partir de compulsões que emanam da própria dominação burguesa e da forma de solidariedade de classe em que ela repousa”, convertendo estruturalmente nossa *burguesia nacional* “numa burguesia pró-imperialista, incapaz de passar de mecanismos autoprotetivos indiretos ou passivos para ações frontalmente anti-imperialistas, quer no plano dos negócios, quer no plano propriamente político” (IDEM, p. 355).

As práticas políticas e econômicas levadas a cabo pelas classes dominantes sempre são alimentadas por ideologias e por utopias burguesas anacrônicas quando verificamos sua aplicabilidade, num movimento em que “as ideologias e as utopias das nações hegemônicas são também as ideologias e as utopias das classes dominantes das nações dependentes” (FERNANDES, 2005, P. 366). Se na época da emergência da ordem capitalista competitiva tínhamos um liberalismo absorvido de maneira tosca e

parcial pelas elites, na época da ordem monopolista nós temos um desenvolvimentismo que desloca “a lealdade à nação e às polarizações ideológicas ou utópicas da revolução nacional” para “a lealdade a certas causas muito abstratas e supranacionais, como a “solidariedade hemisférica”, “a solidariedade às nações democráticas” ou a “defesa da civilização cristã e ocidental”” (FERNANDES, 2005, p. 367). Para Sampaio (2012, p. 674) o desenvolvimentismo, não só apenas no Brasil como em grande parte da América Latina, serviu enquanto arma ideológica das forças econômicas e sociais dominantes que “no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional”, perpetuando desse modo:

[...] uma dupla articulação que compromete a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios de desenvolvimento — a situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais. A subordinação da vida econômica nacional à lógica ultraespeculativa do capital internacional e à reprodução de estruturas sociais típicas de regimes de segregação social distorcem irremediavelmente as propriedades construtivas da concorrência econômica e da luta de classes — molas propulsoras do desenvolvimento capitalista autodeterminado. A superexploração do trabalho, a irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e as crises cíclicas de reversão estrutural tornam-se características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial (IDEM, IBIDEM).

Fernandes (2005) analisa as características do regime militar instituído a partir de 1964 conceituando essa eclosão enquanto uma “contrarrevolução preventiva” que instaurou uma “ditadura aberta de classe”, essa análise é o desfecho de sua obra e é feita através de apontamentos que demonstram mais a essência do Estado e do capitalismo dependente brasileiro – enquanto uma realidade permanente nesta ordem – do que apenas as particularidades do regime militar pós-64, embora também traga diversas análises específicas do período.

O contexto que futuramente eclodiu no golpe de 1964 não se configurava enquanto “uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas”, mas “a situação existente era *potencialmente pré-revolucionária*, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, p. 374-375). O

movimento de massas que teve como uma de suas expressões a luta pelas reformas de base estava longe de:

[...] representar um “perigo imediato”, pelo menos em si e por si mesmos. Todavia, eles encontravam uma ressonância intimidadora e continham uma força de irradiação inesperada. Por isso, acabaram repercutindo e fermentando, de modo quase incontrolável, no próprio radicalismo burguês: “contaminaram” estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares, vários setores da pequena-burguesia etc. Além disso, infiltraram influências especificamente antiburguesas e revolucionárias nas massas populares, despertadas mas refreadas pela “demagogia populista”, o que estabelecia um perigoso elo entre miséria e pobreza, “pressão dentro da ordem” e convulsão social (FERNANDES, 2005, p. 377).

O golpe civil-militar evidenciou a necessidade das classes dominantes de “despojar a dominação burguesa de qualquer conexão real, que fosse substantivamente e operativamente democrático-burguesa e nacionalista-burguesa”, para assim neutralizar “as pressões especificamente democráticas e nacionalistas dos setores burgueses mais ou menos radicais” e reprimir “as pressões de igualdade econômica, social e política ou de integração nacional e de mobilização de classe das massas populares”. Completando o ciclo da revolução burguesa “sob e dentro do capitalismo dependente”, agravando “o desenvolvimento desigual interno” e intensificando “a dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p. 371).

SAMPAIO (2012, p. 676-677) sintetiza o período das ditaduras latino-americanas nos seguintes termos:

Iniciado no Brasil em 1964 e encerrado no Chile em 1973, o ciclo latino-americano de golpes militares que instauram ditaduras do grande capital determina o desfecho do processo de revolução burguesa no continente como uma contrarrevolução permanente. O regime do capital consolida-se na América Latina como um capitalismo dependente. Apoiados pelo império norte-americano, os setores pragmáticos interromperam violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação - dependência externa e segregação social - como alicerce fundamental da acumulação de capital na região. A contrarrevolução jogou por terra os sonhos desenvolvimentistas. O regime burguês sedimentou-se como uma sociedade mercantil particularmente antissocial, antinacional e antidemocrática. A superexploração do trabalho tornou-se parâmetro estratégico do padrão de acumulação. A intolerância em relação à utilização do conflito como meio legítimo de conquistas coletivas converteu-se na quintessência do padrão de dominação. Pobreza e miséria se transformaram definitivamente na galinha de ovos de ouro da burguesia latino-americana. Acabava a ilusão de um capitalismo

civilizado. O brutal desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho tornou-se premissa fundamental do capitalismo no continente.

Cabe ressaltar que Fernandes (2005, p. 420) apresenta o regime militar brasileiro pós-64 enquanto uma das formas da autocracia burguesa, considerando esse poder autocrático uma “realidade histórica permanente” na ordem capitalista monopolista dependente. Uma característica importante dessa autocracia é que a sua democracia restrita típica também pode ser designada enquanto uma “*democracia de cooptação*” onde reina a “*corrupção intrínseca e inevitável do sistema do poder resultante*” (IDEM, p. 416), permitindo “estender as fronteiras da “consciência burguesa” e da condição burguesa dentro das classes operárias e das classes destituídas”. Porém, “numa sociedade de classes em convulsão é impossível impedir que as migrações humanas, o desenraizamento social e cultural, a miséria e a desorganização social” sejam focos de “inquietação e de frustração sociais em larga escala”, e eclode desse processo “tanto o movimento de protesto dentro da ordem “corrompido pelo sistema” quanto o protesto contra a ordem “verdadeiramente revolucionário”, ambos *típicos de uma sociedade de classes moderna*” (IDEM, p. 422-423).

O autor já apresenta algumas colocações que antecipam o que futuramente ocorreu na “transição pós-ditadura”, no sentido de que já havia alguns tímidos esforços de uma “distensão política” que traria um “avanço democrático” que “apenas repõe o problema político da hegemonia burguesa” no sentido de “criar os vínculos orgânicos que deverão entrelaçar os mecanismos da democracia de cooptação com a organização e o funcionamento do Estado autocrático”. Concluindo que há uma “abertura” em curso que “não leva à democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa”, ampliando e consolidando “a democracia de cooptação, abrindo-a “para baixo” e para a dissidência esterilizada e esterilizável”, definindo “constitucional e legalmente ao Estado autocrático” o “alcance do *poder legítimo excedente*” (FERNANDES, 2005, p. 421).

A democracia de cooptação que as classes dominantes buscam levar a cabo “possui pouca eficácia e pouca “flexibilidade” em nações capitalistas pobres onde a extrema concentração da riqueza e do poder deixa um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou de lealdades”, concorrendo para “exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando-as a pontos explosivos de efervescência, que mais debilitam que fortalecem o Estado autocrático”, fazendo-o funcionar “sob extrema

tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada” (FERNANDES, 2005, p. 424).

A respeito da continuidade da autocracia no período de transição da ditadura militar para a democracia restrita atual, Fernandes (1981, p. 31-32) fala da existência no Brasil de uma “fascistização localizada de certas áreas do aparelho do Estado”, o que repeliria qualquer “transição democrática” mantendo viva a contrarrevolução “por todo e qualquer meio possível”, pois “Esse fascismo oculto e mascarado (...) é capaz de passar do Estado de exceção para a ‘normalidade constitucional’ sem permitir que se destrua o elemento autocrático que converte o Estado no bastião da contrarrevolução”.

A partir da Constituição de 1988, apesar das conquistas que asseguram formalmente certos direitos políticos e sociais, há elementos do seu próprio caráter que indicam a continuidade e a reciclagem da autocracia burguesa. O artigo 142 da Constituição, de acordo com Prestes (1988), coloca as Forças Armadas “acima dos três Poderes do Estado” podendo as mesmas “tanto depor o presidente da República quanto os três Poderes do Estado, como também intervir no movimento sindical, destituindo seus dirigentes, ou intervindo abertamente em qualquer movimento grevista”, algo que é feito no Brasil “desde os decretos de Getúlio Vargas, de 1931, ou mesmo, voltando aos tempos anteriores, em que a questão social era considerada uma questão de polícia”⁵.

Teles (2010, p. 5) analisa o artigo 142 da Constituição afirmando que a relação entre militares e civis seguiu “quase idêntica” à Constituição de 1967:

Em uma democracia plena o poder não pode ser garantido por quem empunha armas, mas pelo conjunto da sociedade, por meio de eleições, da participação das entidades representativas da sociedade e dos partidos políticos. Ao instituir as Forças Armada como garantidoras da lei e da ordem, acaba-se por estabelecê-las como um dos poderes políticos da sociedade

Essa tutela militar sob o Estado brasileiro é um dos elementos que evidenciam a constatação de que houve no Brasil uma reciclagem da autocracia burguesa. Considerar essa questão não significa negar que existem avanços democráticos, políticos e sociais a partir da “abertura”, mas levar em conta que essa transição lenta e segura não desmantelou o poder burguês monopolista instituído, bem como seu domínio

⁵ PRESTES, Luiz Carlos, “Um ‘poder’ acima dos outros”, *Tribuna da Imprensa*, RJ, 28/9/1988.

autocrático sob o Estado, e grande parte dos seus traços essenciais se mantiveram e perduram até os dias de hoje.

Alguns autores mais atuais que também partem da análise aqui desenvolvida a respeito de nosso capitalismo dependente, contribuem para constataremos a manutenção desta mesma estrutura de poder e de exploração e opressão das massas populares nos tempos atuais. Buscaremos aqui apresentar alguns apontamentos que possibilitem uma atualização das problemáticas abordadas por Florestan Fernandes a respeito da questão social no contexto da sociedade de classes brasileira.

A questão social no Brasil contemporâneo manifesta “o caráter volátil do crescimento que redundando em maior concentração de renda e aumento da pobreza, gerando um verdadeiro “*apartheid social*””, num contexto que favorece os interesses especulativos “em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da *questão social* e da regressão das políticas sociais públicas” (IAMAMOTO, 2007, p. 142).

A realidade brasileira nos apresenta hoje novas formas de expressão da mesma questão social, evidenciando:

[...] a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social. Violência que tem no aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e de disseminação. O alvo principal são aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver: além do segmento masculino adulto de trabalhadores urbanos e rurais, penalizam-se os velhos trabalhadores, as mulheres e as novas gerações de filhos de classe trabalhadora, jovens e crianças, em especial negros e mestiços (IAMAMOTO, 2007, p. 144-1450).

Tratando do contexto brasileiro no início do século XXI, Sampaio (2012, p. 680-681) aborda o “neodesenvolvimentismo” enquanto uma nova forma de ideologia burguesa que “Ao identificar as suas utopias com a realidade concreta da economia brasileira” demonstra:

[...] o seu lado simplório e provinciano, apresentando-se como é: uma grosseira apologia da ordem. O método de ocultação sistemática do negativo e de exaltação acrítica do crescimento e da modernização dos padrões de consumo como fins em si transforma o vício em virtude. A

relação indissolúvel entre desenvolvimento e barbárie característica de nosso tempo, que se manifesta com virulência redobrada nas economias periféricas, converte-se, assim, por um passe de mágica no seu contrário: o desenvolvimento capitalista virtuoso capaz de conciliar crescimento com equidade. A supervalorização dos fatos considerados positivos e a pura e simples desconsideração dos aspectos negativos da realidade alimentam a mitologia de que a economia brasileira estaria passando por um ciclo endógeno de crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional.

No período do governo de Fernando Henrique Cardoso já havia uma espécie de ideologia análoga ao neodesenvolvimentismo que se manifestava “contrapondo as diretrizes do Banco Central, liderado por Gustavo Franco, às políticas do BNDES, então sob a influência dos irmãos Mendonça de Barros”. Essa concepção “já surgiu natimorta porque o choque entre teoria e prática era gritante”, revelando que a “crise de estrangulamento cambial e a subsequente tutela da política econômica pelo FMI” jogavam por água a baixo “qualquer possibilidade de camuflar a absoluta impotência do Estado brasileiro diante dos ditames do capital financeiro” (SAMPAIO, 2012, p. 678-679).

O neodesenvolvimentismo é uma ideologia que é propagada⁶ num contexto em que:

A modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o *boom* de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento (IDEM, p. 679).

Nesta manifestação atual da utopia burguesa brasileira “Não se coloca em questão a dupla articulação — dependência externa e segregação social — responsável pela continuidade do capitalismo selvagem” e o “impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira não é considerado”, também não são examinados “a fundo os efeitos de longo prazo da crise econômica mundial sobre a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho”, de modo que a “discussão não ultrapassa o horizonte da conjuntura imediata”. Havendo, além desta apologia acrítica

⁶ Um exemplo de propagação desta ideologia neodesenvolvimentista por parte dos meios de comunicação das classes dominantes foi a edição 2282 da revista *Veja*, intitulada “O choque de capitalismo de Dilma”, onde a revista elogia a orientação econômica de nosso atual Governo Federal.

de um desenvolvimento capitalista “neutro” e “positivo”, uma sofisticação no sentido de buscar uma “aparência crítica” que consiste apenas em “um disfarce para a apologia do *status quo*” (SAMPAIO, 2012, p. 681).

Se simplesmente desconsideramos – como faz essa atual ideologia apologética dos *status quo* vigente - os “condicionantes estruturais que determinam a forma específica de funcionamento da economia brasileira”, seremos incapazes de perceber os “interesses estratégicos, internos e externos, responsáveis pela continuidade da dupla articulação e seus efeitos perversos” que interferem na “capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios do processo de incorporação de progresso técnico”, desconsiderando, assim, a interligação profunda “entre presença dominante do capital internacional, vulnerabilidade externa estrutural, desindustrialização e especialização regressiva das forças produtivas” (SAMPAIO, 2012, p. 682). A apologia acrítica neodesenvolvimentista ao permanecer apenas na superfície dos fenômenos:

[...] impede que se vejam os vínculos indissolúveis entre burguesias rentistas, discriminação contra o investimento produtivo, ajuste fiscal permanente, limites estruturais à expansão do mercado interno e precariedade das políticas públicas. Sem colocar em evidência os poderosos interesses burgueses externos e internos que devem ser enfrentados para que se possam abrir novos horizontes para o desenvolvimento, os neodesenvolvimentistas ficam presos ao fim da história (IDEM, IBIDEM).

A desigualdade social imperante até os dias de hoje se evidencia numa realidade em que, de acordo com Pochmann (2007), “Os 10% mais ricos da população impõem, historicamente, a ditadura da concentração, pois chegam a responder por quase 75% de toda riqueza nacional. Enquanto os 90% mais pobres ficam com apenas 25%.”. Pinassi (2011) ao abordar a política dos atuais governos brasileiros, afirma que não é de se surpreender que “o lulismo, uma vez no poder, atenda democraticamente às necessidades do capital em sua *crise estrutural* e, democraticamente, desmonte cada uma das conquistas históricas da classe trabalhadora”, ao mesmo tempo em que implementa “políticas sociais – que compõem a chamada “hegemonia da pequena política”” com “caráter efêmero e assistencialista aos desempregados que ele ajuda a criar”, sendo então o “vetor político da vez a oferecer tanto os alicerces propícios à criação das carências formadoras de seu próprio público quanto os placebos requeridos para sua reprodução”.

Segue prevalecendo na sociedade brasileira uma “teia institucional que ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional” e perpetua a “dupla articulação — dependência externa e segregação social”. Sendo características desse processo a “desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas”, bem como a “livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional”, além da “restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público” e a “concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas” (SAMPAIO, 2012, p. 682-683).

A peculiaridade do Brasil no contexto global revela atualmente o “impacto particularmente devastador da etapa superior do imperialismo sobre todas as dimensões da vida nacional” relacionando entre si “o ajuste às exigências da ordem global, a regressão das forças produtivas, a desnacionalização da economia, a naturalização da desigualdade social, a crise federativa”, a “desarticulação dos centros internos de decisão e a crise da identidade nacional” (IDEM, p. 683-684).

O palavreado neodesenvolvimentista cumpre nesse contexto:

[...] uma dupla função como arma ideológica dos grupos políticos entrincheirados nas estruturas do Estado: diferencia o governo Lula do governo FHC, lançando sobre este último a pecha de “neoliberal” e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas (IDEM, p. 686).

Considerando que é evidentemente “impossível imaginar brechas para mudanças parciais que possam provocar transformações substanciais no padrão de desenvolvimento da economia brasileira” se não buscarmos “uma profunda e radical ruptura com a institucionalidade vigente” (IDEM, p. 683), fica claro que o “verdadeiro resgate da tradição crítica do pensamento latino-americano” exige de nós a superação “de toda ilusão em relação à existência de uma solução burguesa para a tragédia do subdesenvolvimento e da dependência”, buscando assim uma concepção que “encontra-se no polo oposto da perspectiva provinciana, das opções de classe e das escolhas teóricas dos neodesenvolvimentistas” (IDEM, p. 686).

Pensando em tempo histórico e sem se restringir à eternização do presente, Fernandes (2005) encerra seu trabalho sobre a *Revolução Burguesa no Brasil* afirmando:

No contexto histórico de relações e conflitos de classe que está emergindo, tanto o Estado autocrático poderá servir de pião para o advento de um autêntico capitalismo de Estado, *strictu sensu*, quanto o represamento sistemático das pressões e das tensões antiburguesa poderá precipitar a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo. Em um caso, como no outro, o modelo autocrático burguês de transformação capitalista estará condenado a uma duração relativamente curta. Sintoma e efeito de uma crise muito mais ampla e profunda, ele não poderá sobrepor-se a ela e sobreviver à sua solução (FERNANDES, 2005, p. 424).

A partir de todas as análises apresentadas podemos então ter claro que a busca por enfrentar e superar os graves dilemas da questão social brasileira (desemprego, violência, miséria, precarização do trabalho, discriminação, etc.), bem como a busca pelo cumprimento das próprias tarefas nacionais e democráticas que nos países centrais foram cumpridas em suas revoluções burguesas (emancipação nacional, reforma agrária, reforma urbana, desenvolvimento industrial autônomo, etc.): são tarefas que só poderão ser cumpridas – tendo em vista que o capitalismo dependente é o único *capitalismo* possível no Brasil – em um processo de luta *dentro da ordem* que se desencadeie futuramente numa luta *contra a ordem* capitalista e contra o bloco de poder dominante, unindo-se *desde o início* à construção da revolução socialista. Para isso é necessário impulsionar conquistas sociais e democráticas “de baixo pra cima”, arrancadas pela luta dos explorados e oprimidos, acumulando forças no rumo da ruptura com a ordem capitalista e a construção de uma nova ordem societária capaz de superar historicamente a exploração do homem pelo homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a profissão do Serviço Social tenha surgido como necessidade de um momento específico do processo de constituição da sociedade burguesa, com referências no projeto sócio-político conservador próprio da ordem monopólica, o atual projeto ético-político do Serviço Social no Brasil é fruto de um processo de intenção de ruptura com o conservadorismo, onde a profissão se laicizou e através do movimento autônomo da categoria instituiu uma perspectiva profissional que busca ir além dos limites colocados para a profissão pelo Estado burguês e pela ordem monopólica.

O foco de intervenção da profissão são as expressões da questão social, expressão que se refere às mazelas próprias da sociedade capitalista, e que também foi e segue sendo apropriado pelo pensamento conservador em sua busca por atenuar os conflitos e perpetuar a ordem vigente. No nosso caso, apropriamos o termo enquanto decorrente das contradições do capitalismo monopolista, sem naturalizar e nem eternizar a sociedade atual, compreendendo seu caráter histórico e transitório.

Considerando a questão social fundada na contradição central da sociedade capitalista, o conflito entre capital e trabalho que se manifesta na luta de classes entre o proletariado e a burguesia, percebemos que a mesma se agudiza e ganha imensas proporções com a consolidação do capitalismo monopolista a nível mundial. Essa consolidação ocorreu entre as diferentes nações do globo de maneira desigual e combinada, constituindo uma hierarquia mundial estruturada na monopolização e concentração cada vez maior do acúmulo de capital. Aos países periféricos que já sofriam da subjugação colonial restou o papel de se integrar ao mercado mundial de maneira dependente.

Após a segunda guerra mundial ocorreram mudanças importantes no tipo de domínio do capitalismo monopolista, com uma significativa financeirização da economia e a hegemonia dos EUA enquanto potência econômica e militar. Essas mudanças não podem ser caracterizadas enquanto uma “globalização” harmônica e liberalizante e nem trouxeram nenhum tipo de diminuição do Estado, pelo contrário, a

maior monopolização e concentração do capital trouxeram a necessidade de aprofundar o papel do Estado burguês enquanto garantidor do poder dos monopólios e consolidaram o que podemos chamar de imperialismo hegemônico global.

No processo histórico de emergência do capitalismo no Brasil com sua integração na ordem burguesa monopolista, a dependência freou um possível impulso nacional-libertador e democrático de nossa burguesia nativa. Esse freio não impediu que ocorresse uma revolução burguesa atípica que desenvolveu o capitalismo mantendo estruturas arcaicas e uma dupla articulação entre dependência externa e segregação social interna. Nessas condições a questão social se apresenta ainda mais explosiva e com agravantes imensos em seus reflexos cotidianos.

A interlocução entre as referências levantadas nos levam a concluir que os elementos essenciais abordados por Florestan Fernandes em sua obra seguem sendo atuais na realidade brasileira. A política econômica e social levado a cabo pelos atuais governos perpetua a dupla articulação e não afronta os interesses do bloco de poder dominante, mantendo a superexploração do trabalho, a democracia restrita e a ordem autocrática que institui a intolerância com qualquer reivindicação popular abrangente. Desse modo, consideramos de fundamental importância levar em conta as contribuições aqui ressaltadas quando buscamos analisar as expressões da questão social no Brasil.

Fernandes (2005) problematiza a necessidade de não se cair nem na “substancialização” e nem na “mistificação” da história. Ou seja, superar tanto visões subjetivistas ou culturalistas, quanto visões economicistas, estruturalistas, etc. Acreditamos que a chave para uma compreensão mais adequada da realidade está em levar em conta todos esses elementos sabendo dosar o peso determinante de cada um nos processos históricos e conjunturais, o que com certeza não é uma tarefa fácil e exige constante aprimoramento intelectual ligado à prática conscientemente orientada.

Esse estudo também nos possibilita um maior realismo ao lidar com a questão social e possíveis políticas de enfrentamento da mesma, no sentido de verificar os limites de uma democracia bastante restrita, de uma extrema concentração da riqueza socialmente produzida e de uma economia dependente que não é capaz de lograr soberania mantendo-se a ordem capitalista. Se nossa burguesia nativa é pró-imperialista e não é capaz de se desvencilhar tanto das estruturas arcaicas herdadas do passado quanto da dependência em relação ao imperialismo, a própria luta pela emancipação

nacional e pelo progresso democrático e social só pode ser efetiva no confronto com as classes dominantes brasileiras e com a ordem capitalista.

Enquanto perspectiva para o futuro, reafirmamos que os graves problemas manifestados nas expressões da questão social em nosso País só podem ser efetivamente enfrentados no processo de organização, mobilização e luta dos explorados e oprimidos impondo “de baixo pra cima” conquistas democráticas e sociais. Essas conquistas só poderão ser duradouras se ligadas à estratégia de derrotar o bloco de poder dominante e construir uma nova ordem societária capaz de colocar a riqueza produzida a serviço de finalidades plenamente humanas e não a serviço da acumulação privada de capital.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

CFESS. **Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais**, 1993.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América latina**. São Paulo: Global Editora, 2009.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. Porto Alegre: Cortez Editora, 2007.

IBGE, **Censo Demográfico** 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

LARA, Ricardo. **Produção de conhecimento no Serviço Social**: O mundo do trabalho em debate. São Paulo: UNESP, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Unicamp, 2011.

LUKÁCS, Gyorgy. **Zur Ontologie Des Gesellschaftlichen Seins**: Die ontologischen Grundprinzipien von Marx. Luchterhand Verlag: Neuwied, 1972. (Direitos adquiridos para a língua portuguesa pela L.E.C.H. LIVRARIA EDITORA CIÊNCIAS HUMANAS LTDA. Rua 7 de Abril, 264, subsolo B, sala 5, São Paulo, SP. Impresso no Brasil)

MARIÁTEGUI, José Carlos. Buenos Aires, 1929. In. LOWY, Michael. **O Marxismo na América Latina**. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. México: Editora Era, 1990.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984, t. I, v. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. Disponível em <<http://revistaoutubro.com.br/blog/edicoes-anteriores/revista-outubro-n-4/>> acesso em 20 de dezembro de 2012.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: Socialismo ou Barbárie**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2003.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo (SP): Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e serviço social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis** – Porto Alegre: Abepss, Ano II, nº 3, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

PINASSI, Maria Orlanda. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Herramienta**, Brasil, n. 46, março. 2011. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica#_ftn32> acesso em 25 de dezembro de 2012.

POCHMANN, M. O país dos desiguais. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, out. 2007. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=30>> acesso em 28 de dezembro de 2012.

PRESTES, Luiz Carlos. **Um ‘poder’ acima dos outros**. Rio de Janeiro: Tribuna da Imprensa, 28/9/1988.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: Tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

TELES, Edson. **Restos da ditadura**: por que as Forças Armadas de hoje temem a punição dos torturadores de ontem. Rio de Janeiro: O Globo, Prosa & Verso, 2010.

VEJA. **O choque de capitalismo de Dilma**, Brasil, Ed. 2282, Editora Abril, Agosto de 2012.